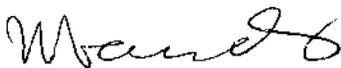


NILCE DA PENHA MIGUELES PANZUTTI

AS MULHERES DA PRODUÇÃO FAMILIAR DO ALGODÃO EM LEME

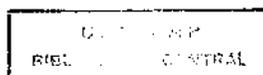
Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Sociologia do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas

Este exemplar corresponde a
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
07/07/1992.



Orientadora: Prof^a Dr^a Maria de Nazareth Baudel, Wanderley

JUNHO/1992



INDICE

	09
Introdução.....	01
Cap. I - Mulher Rural: Eminência Oculta.....	05
Cap. II - Referencial Teórico, Empririco e Metodológico..	19
Cap. III - A Economia Tradicional e a Moderna.....	33
Cap. IV - A Produção Familiar e a Cotonicultura no Estado de São Paulo.....	58
Cap. V - A mulher na sociedade Tradicional.....	72
Cap. VI - A mulher da Produção Familiar em Leme.....	80
1. O trabalho na lavoura e a primeira propriedade.	
2. A importância do meio urbano	
3. A mulher e a terra	
4. Participação social e politica da mulher	
Conclusões.....	113
Bibliografia.....	116

PANZUTTI, NILCE DA PENHA MIGUELES As mulheres da produção familiar do algodão em Leme Campinas, IFCH/UNICAMP, 1992. 124p. (tese-Mestrado).

ERRATA & CORRIGENDA

p.	item	linha	onde se lê: leia-se:
	agradecimentos	15ª	Profª Maria Conceição Profª Drª Maria Conceição
1		1ª	Este trabalho procurou analisar... Este trabalho analisa...
2		1ª	foram abordados foram tratados
3		18ª	evolução da mulher relação da mulher
5		15ª	relacionando-os relacionando os
9		4ª	enquanto outras desces há... enquanto outras descem a...
11		15ª	não se verifica a sua inserção... não se verifica nova inserção...
13		14ª	necessidade ou qualquer outra razão. necessidade.
14		12ª	feminino é de comandar os assalariados feminino pode ser de fiscalizar os assalariados
		22ª	Entretanto EINGENHEER (1982) analisa pequenos... Como aponta EIGENHEER (1982) analisando pe quenos...
15		1ª	de terra, transformando-a mais forte entre... de terra, transformando-se a mulher no elo mais forte entre a família e propriedade. Isto significa que em situações diferenciadas as relações gestadas também são diferenciadas.

16	17 ^a	feminino so e considerado... feminino não e considerado...
22	15 ^a	o trabalho familiar de forma... o trabalho externo de forma...
26	17 ^a	zona rural. zona rural. (QUEIROZ, 1973.a).
27	20 ^a	seleccionamos mulheres... seleccionamos 21 mulheres...
29	4 ^a	No periodo inicial o trabalho ... No periodo inicial da produção do algodão em Leme o trabalho...
31	16 ^a	a linguagem dos depoimentos colhidos... a linguagem de alguns depoimentos colhidos...
47	23 ^a	individualizadora, mantendo a coesão... concentração de vizinhança servia para corrigir a tendencia individualizadora, mantendo a coesão...
59	9 ^a	Portanto, características especificas... Entretanto, apesar de características especificas da cultura terem desempenhado papel fundamental numa produção de pequenas proporções, seu caráter democrático e no minimo questionável se analisamos o processo de diferenciação.
61	11 ^a	não apenas o proprio Estado, mas... não apenas o Brasil, mas...
	23 ^a	Essa massa de arrendatários eracomposta... Essa massa de arrendatários tambem era com posta...
65	19 ^a	Em 1975, em São Paulo ... A partir de 1975, em São Paulo...
75	12 ^a	autonomia. Os homens quando....

- autonomia, dentro dos limites expostos. Os homens quando...
- 23ª campo do trabalho e do não trabalho...
campo do trabalho e do "não trabalho"...
- 80 7ª do processo produtivo e vai morar na cidade, a família inicia...
do processo produtivo e a família vai morar na cidade, iniciando...
- 98 13ª afastam-na do comando de exploração...
afastam-na do espaço do comando da exploração...
- 104 14ª dadas estas experiencias, as mulheres de Leme pretendem fazer uma partilha...
dadas estas experiencias, indagadas sobre como pretendem fazer a partilha hoje, as mulheres de Leme pretendem-na igualitaria...
- 108 17ª religioso foi possivel detectar ...
religioso foi possivel tambem detectar...
- 20ª mulher deve ser a mesma do marido...
mulher deva ser a mesma do marido...
- 111 6ª depreende-se reivindicações pontuais de direitos...
depreende-se reivindicações de direitos...
- 113 5ª a unidade entre unidade de produção e re produção se rompe...
a coesão entre unidade de produção e reprodução se rompe...

PANZUTTI, NILCE DA PENHA MIGUELES As mulheres da produção familiar do algodão em Leme Campinas, IFCH/UNICAMP, 1992. 124p. (tese-Mestrado).

Ao Ralph, companheiro de
todas as horas e a Marce
lo e Melissa, que sempre
me apontam novos horizon
tes.

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar este trabalho gostaria de agradecer:

Ao Instituto de Economia Agrícola-IEA pela oportunidade de realização do curso de Pós-Graduação em Sociologia Rural no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP;

A UNICAMP pela bolsa de Incentivo Acadêmico, contribuindo para a viabilização do trabalho;

Ao Eng^o Roberto Rodrigues Albers e demais funcionários da Casa de Agricultura de Leme, que deram o apoio necessário à realização da pesquisa de campo;

As mulheres da Cidade de Leme, pela atenção e disposição de informar sobre suas vidas, tornando possível a pesquisa;

A Prof^a Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley, orientadora, pela confiança que depositou no meu trabalho;

A Prof^a Dra. Maria Conceição D Incao o reconhecimento especial pela sua atenção com sugestões que me incentivaram a conclusão do trabalho;

Ao Serviço de Biblioteca e Documentação-SBD do Instituto de Economia Agrícola-IEA pela colaboração e eficiência em todas as fases da realização deste trabalho;

A Richard Domingues Dullay, Chefe do Centro de Economia da Terra-IEA, pelo apoio durante todo o período de realização deste projeto;

A Aguri Sawatani Negri, pela organização da bibliografia;

A Magali Ap. Schafer de Lucca e Jose Carlos Tamielo pelos trabalhos de edição; ao Mario Luiz Vasques e Chaves pelo apoio no processamento de texto e à Irene Francisca Luccatto pelos serviços de reprografia;

Aos demais colegas do Instituto de Economia Agrícola que dividiram comigo o cotidiano durante a realização deste trabalho;

As amigas Lucia Costa Ferreira, Leila Costa Ferreira, Valquiria da Silva e Silvia Toledo Arruda, pelas sugestões e palavras de incentivo nos momentos mais oportunos;

Ao meu pai (in memoriam), cujas convicções políticas me induziram ao conhecimento das Ciências Sociais e à minha mãe, cujo apoio constante possibilitou-me percorrer esse caminho;

Finalmente gostaria de deixar registrado que os erros e

omissões eventualmente contidos neste trabalho são de minha inteira responsabilidade.

INTRODUÇÃO

Este trabalho procurou analisar a inserção produtiva e reprodutiva de um grupo de mulheres produtoras familiares de algodão, que vivenciaram dois momentos distintos da cultura: antes e depois da modernização agrícola.

Está concentrado no período que vai de 1960, década em que se iniciam as grandes transformações até 1990 ano em que foi realizada a pesquisa de campo.

Para analisar essa inserção, procuramos focalizar a produção familiar desde a economia tradicional, passando pelas transformações sociais, econômicas e políticas nesse período.

Esse grupo de mulheres é especialmente importante para o estudo pelo fato de ter vivenciado todo um processo de transformação agrícola e por ter, como categoria social, ascendido da condição de trabalhadora a proprietária e posteriormente proprietária modernizada. Outra peculiaridade é que passaram de uma sociedade tradicional rural para uma sociedade urbano-industrial.

Para tanto, foram tratados neste estudo aspectos da produção familiar na agricultura tradicional, quando o capital ainda não era elemento tão importante e na agricultura moderna, quando esta situação se inverte. No decurso desta análise são situadas as estratégias que a produção familiar se utiliza para subsistir às imposições da modernização.

Assim, este estudo aborda a produção familiar que avança no sentido da sua participação no processo produtivo moderno. No capítulo I é discutida a questão feminina ao mesmo tempo que realiza uma revisão da literatura existente das duas últimas décadas sobre a mulher. Essa revisão teve como objetivo, captar as principais questões que envolvem o gênero.

No Capítulo II é colocado o referencial teórico empírico e metodológico procurando, conceitualizar a produção familiar no contexto das transformações da modernização capitalista e identificar nesse panorama os produtores modernizados de Leme. Caracteriza e delimita o objeto de análise, alinhando os procedimentos utilizados.

Essa primeira parte do trabalho foi elaborada com a intenção de oferecer um panorama histórico onde a produção familiar ocupou um espaço significativo além de apontar para as especificidades da relação da cultura do algodão com a forma familiar de produzir.

No Capítulo III, estão colocadas as características da economia tradicional pois grande parte das peculiaridades da produção familiar de Leme foram condicionadas pela herança recebida desse período.

O Capítulo IV tem por objetivo apontar as especificidades da cultura, que combinadas a forma familiar de produção possibilitaram a constituição e desenvolvimento dos produtores de Leme.

No Capítulo V entra-se na questão da mulher na produção agrícola, trazendo inicialmente, a inserção da mulher na sociedade tradicional e as relações homem-mulher na produção familiar. Isto porque é possível identificar alguns traços da relação de gêneros e papéis desempenhados pelas mulheres entre os produtores familiares de Leme que se conservam até hoje.

No Capítulo VI são discutidos os resultados da pesquisa em quatro tópicos. O primeiro aborda o trabalho na lavoura e a primeira propriedade; o segundo versa sobre a importância do meio urbano, o terceiro sobre a relação da mulher e a terra e o quarto focaliza a participação social e política da mulher.

Por último estão as Conclusões a que chegamos após esse percurso. Pretendemos, com este trabalho, contribuir para a

compreensão do significado social do trabalho feminino, enfatizando a necessidade de se elaborar políticas sociais específicas que promovam o desenvolvimento integral dos indivíduos.

CAPITULO I

MULHER RURAL: EMINENCIA OCULTA

O objetivo deste trabalho foi situar a discussão atual em torno da problemática da mulher rural face à modernização agrícola e analisar a hipótese de que o desempenho da mulher na produção familiar não é reconhecido socialmente porque o "público" permanece como domínio masculino.

Desta forma percorremos parte significativa das pesquisas realizadas e verificamos que apesar de já existir um número razoável de abordagens sobre esse gênero no campo, em grande parte referem-se a mulheres que perderam a condição de proprietárias e se transformaram em trabalhadoras assalariadas rurais. Poucos trabalhos focalizam a questão da mulher que permanece na produção familiar.

Assim este trabalho procurou rever diversos trabalhos existentes, relacionando-os resultados significativos já obtidos, mostrando, por conseguinte a necessidade de novas pesquisas destinadas ao preenchimento de espaço específico, nessa área do conhecimento.

A questão feminina tem sido estudada, nas duas últimas décadas, principalmente, emergindo de uma obscuridade que

caracterizava o tema. Esse gênero, que era uma minoria sociologicamente estudada, passou a ocupar importante espaço na produção científica, firmando, inclusive, uma perspectiva feminina de análise, onde os elementos humanos selecionados são as próprias mulheres.

A partir da década de 80 os trabalhos sobre a mulher no meio rural ampliaram-se consideravelmente, abordando, especifica e prioritariamente a problemática do trabalho feminino assalariado, familiar e alguns sobre as formas de participação das mulheres na luta política.

Nesse período, foram realizados seminários nacionais e latino-americanos (SPINDEL, 1984; AGUIAR, 1979; LAVINAS, 1988) que discutiram e avançaram, sob diversos ângulos o trabalho feminino, estabelecendo um consenso sobre a necessidade de atar-se a problemática da mulher no processo dinâmico de mudança que ocorre a nível macro, de ver e entender as diferentes instancias em que são geradas e reproduzidas as forças sociais que podem agir, definindo, determinando e modificando o papel da mulher na sociedade contemporânea.

Estudos mais recentes tem colocado a questão do trabalho feminino sob diversas perspectivas de análise. Nos trabalhos que dizem respeito a participação feminina na atividade agrícola face ao crescimento urbano e capitalista industrial, a participação feminina é analisada sob o prisma da incorporação da mulher na organização social da produção, caracterizando-lhe o produto e a

contribuição social, apesar da discriminação a que está submetida. Esses trabalhos constataam que a presença da mulher é mais frequente em pequenas unidades onde há, a divisão sexual do trabalho; uso de métodos tradicionais para a produção e baixa produtividade da terra.

Pesquisa recente realizada entre os produtores de algodão de Leme indicou que, as mulheres participam mais do processo produtivo antes da mecanização da lavoura, quando havia predominância de atividades manuais de cultivo (WANDERLEY, 1988). A partir do momento em que a lavoura se mecaniza e são utilizadas técnicas e insumos modernos para o cultivo, diminui a participação das mulheres na produção de algodão.

A penetração do capital na economia rural, por sua vez, resulta em formas concretas específicas, altamente diversificadas de relações sociais de trabalho e processos de produção definidos a partir de realidades históricas nacionais. Dependem do grau de desenvolvimento das forças produtivas, da estrutura fundiária, dos produtos agrícolas e do grau de organização das populações rurais (SPINDEL, 1984). A organização social da produção pode não ser destruída, mas, apenas se redefinir, passando a coexistir com ele. Os efeitos dessas mudanças vão atingir, também, de forma diferenciada, a força de trabalho feminina.

A casa, por ocupar uma variedade de posições, em diferentes estruturas produtivas coexistentes com o capitalismo, é um lugar privilegiado de observação, que permite a diferenciação entre trabalho e emprego, entre atividades domésticas e não domésticas.

Daí a importância de se realizar a pesquisa domiciliar.

Um dos efeitos da penetração do capital no campo, é o deslocamento de trabalhadores da economia familiar para o regime de assalariamento. Isto é, concomitantemente a absorção de tecnologia poupadora de mão de obra, intensifica-se a exclusão de camadas não privilegiadas, em áreas destinadas ao cultivo de produtos destinados à exportação.

Entre os algodoeiros de Leme (WANDERLEY, 1988), entretanto, verifica-se primeiramente, apenas a exclusão da mulher do processo produtivo, mas, numa condição econômica privilegiada, pois esta não se dirige ao mercado de trabalho, mas é uma proprietária que deixa de trabalhar passando apenas à condição de "dona de casa".

A condição socio-econômica dessas famílias é tal, que permite à mulher, afastar-se da produção e, por não haver necessidade econômica, não vai trabalhar fora. Ressalta-se aqui que, devido também a idade e a pouca qualificação dessas mulheres, as únicas alternativas de trabalho que encontrariam seriam de colhedoras de algodão em determinada época ou de trabalhadoras artesanais.

A modernização agrícola promove, além da separação entre o local de trabalho e o domicílio, a individualização do trabalhador, mesmo na produção familiar. O marido já não "depende" da mulher para tocar a lavoura, pode fazê-lo sozinho. O trator lhe dá essa prerrogativa. A mulher permanece subordinada ao marido e agora mais afastada dos assuntos da lavoura.

O processo de diferenciação camponesa que, conforme KAGEYAMA e BRAZIANODA SILVA (1986) é um processo de mudanças nas unidades camponesas em que algumas começam a capitalizar-se, enquanto outras dessas há um estado de incipiente proletarização, atinge diferentemente os grupos sociais dependendo da posição sócio-econômica ocupada. Nem sempre ocorre a proletarização como regra e apenas em alguns casos a venda da força de trabalho de membros da família produtora se combina à produção familiar. Neste sentido é que ocorre a redefinição da organização social da produção, face a penetração do capital no campo.

Uma questão ainda presente, apesar de antiga, é a da invisibilidade do trabalho feminino. Está relacionada às "marcas registradas" da mulher: dupla jornada, eventualidade e o exercício de trabalho em tempo parcial, descontinuidade do desempenho da atividade econômica com entradas e saídas do mercado (LAVINAS, 1988b). Essa invisibilidade deve-se também ao fato da grande maioria das mulheres que trabalham em atividades agropecuárias encontrarem-se nos censos na categoria: "responsáveis e trabalhadores familiares não remunerados".

Para que as mulheres sejam estatisticamente representadas, são necessárias mudanças na forma de coleta de dados que permitam captar as atividades femininas na força de trabalho, necessária também se faz, uma política de dados para as agências que se encarregam dessa coleta a nível regional, nacional e mesmo latino-americano. A pesquisa domiciliar oferece um conhecimento mais aprofundado da realidade as vezes encoberta.

Diversos trabalhos que tratam da questão feminina, a partir de dados dos Censos Agropecuário e Demográfico de 80 (LOUREIRO, 1984; EINGENHEER, 1982; SAFFIOTI E FERRANTE, 1984; MARTINE E NEIVA, 1988; BRITO E GUIMARÃES, 1988; COSTA 91984)ressaltam a ocorrência de uma indissociabilidade entre trabalho feminino assalariado e familiar, onde o trabalho da mulher é efetivamente não remunerado ou sub-remunerado, complementar e secundário ao do homem, confundido com o não trabalho, com a não atividade economica.

Tanto a invisibilidade, quanto a indissociabilidade do trabalho feminino estão presentes nas unidades familiares de produção, onde o trabalho feminino é complementar, acessório e de "ajuda". Essa concepção tem bases culturais numa divisão sexual do trabalho onde cabe, basicamente ao homem a função de provedor, ficando a mulher com a mulher com os encargos maternos e domésticos.

Também no meio urbano a mulher "ajuda" no orçamento, justificando-se aos olhos da população a presença da mulher no mercado de trabalho, conforme COSTA (1984) que analisa a subutilização do trabalho feminino em países capitalistas considerando-se as variáveis: divisão social do trabalho; fecundidade e moralidade.

O impacto do capitalismo no campo e o processo de proletarianização da família rural (SAFFIOTI e FERRANTE, 1984; LAVINAS, 1984, 1988; LEAL E DEERE, 1979; STOLCKE, 1986; OLIVEIRA, 1979; MORAES, 1988) não tem recorrência obrigatória. Para

determinados grupos em condições econômicas, sociais e políticas específicas, pode levar a uma integração a partir da modernização, dentro de estreitos limites, como é o caso dos algodoeiros de Leme.

Essa particularidade da diversificada integração foi observada na produção familiar dos algodoeiros de Leme (WANDERLEY, 1988), na medida em que o produtor é proprietário e ao mesmo tempo, trabalhador, pai, patrão e empregado de si mesmo. A mulher também desempenha vários papéis, dentre eles o de proprietária, trabalhadora e dona de casa.

A separação entre o local de trabalho e o domicílio que se verifica como consequência da modernização, tem repercussões maiores para as mulheres que se tornam apenas donas de casa.

Perdem o papel tradicional, sem contudo conseguir uma substituição por outro, já que não se verifica a sua inserção no mercado de trabalho urbano.

Apesar de, na produção familiar, não se estabelecer relações assalariadas, ao contrário, não existir a categoria "salário", verifica-se um rompimento da unidade familiar com a individualização de parte da família, a partir do momento em que ela se moderniza. Como regra, devido a insuficiência de terra e capital apenas um dos filhos consegue a reprodução como proprietário, por herança, com o auxílio do pai, as vezes permanece na propriedade paterna como "empregado" ou "sócio". Os demais filhos dirigem-se ao mercado de trabalho urbano.

Embora em seu comportamento a mulher apresente na cidade

maior autonomia - novos hábitos, próprios do meio urbano são adquiridos: dirigir automovel, fazer compras sozinha, etc. - subsiste para a mulher, particularmente, a dependencia em relação ao marido, naquilo que é fundamental. Contas bancárias só são autorizadas mediante autorização dele, as mulheres não são consideradas pela legislação trabalhista como autônomas, continuam sem acesso aos sindicatos e órgãos de representação de classe.

A importância do trabalho feminino (SAFFIOTI E FERRENTE, 1982) é um dado incontestado. Diversos estudos constataam que a contribuição social da mulher para a reprodução da força de trabalho é menor no regime assalariado que na parceira ou que foi no colonato. Mas com a transformação da família extensa em família nuclear, com o processo de individualização do trabalho, uma parcela das mulheres é excluída das funções que tem lugar na economia pública, sendo a elas atribuídas apenas funções domésticas.

Esse fenomeno ocorre com as algodoceiras de Leme, quando da modernização da cultura (WANDERLEY, 1988). A maior contribuição da mulher no periodo inicial de constituição da propriedade, quando trabalham ombro a ombro com o homem, além de cuidar da prole, cozinhar e costurar para a família. Com a modernização e urbanização, alteram-se os hábitos de consumo. Passam a adquirir grande parte dos produtos para a satisfação de suas necessidades no mercado, substituindo os anteriormente confeccionados em casa por produtos industrializados (gêneros alimentícios, vestuário,

etc.). Com isto, a mulher se libera além do trabalho da lavoura, de parte de suas atribuições domésticas.

Entretanto, em pequenos estabelecimentos mecanizados nem sempre se dá a exclusão da mulher das funções da produção. No Sul analisando o espaço da mulher BRUMMER e GIACCOBO (1990) examinam o espaço da mulher em pequenos estabelecimentos de soja e trigo na região de Ijuí (RGS), observam que as tarefas manuais executadas nas unidades de produção ainda são atribuições da mulher, enquanto que a chefia do estabelecimento é atividade masculina.

Em Leme, a produção do algodão, após a mecanização, passa a ser exclusividade masculina, seja pela substituição da força de trabalho feminina, pela mudança da residência para a cidade, pela ausência de necessidade, ou qualquer outra razão.

Hoje a participação da mulher nas atividades produtivas é insignificante realizando-se sobretudo no período da colheita (WANDERLEY, M.N.B e LOURENÇO, F.A., 1990) que é feita basicamente por mão de obra contratada.

A questão feminina que nos interessa diretamente passa pela lógica familiar e algumas facetas do capitalismo no campo, mas sobretudo, pela discussão das relações familiares no interior dessas unidades de produção.

Pode-se verificar, a partir de estudos já realizados (HEREDIA, GARCIA E GARCIA, 1979; CARNEIRO, 1986; WANDERLEY, 1988; LOREIRO, 1984 e EINGENHEER, 1982)) que existe tanto no NE como no SE uma hierarquia na unidade doméstica, onde o pai é a autoridade

máxima, seguida pela da mãe ou do filho mais velho. Certas atividades são reconhecidas como masculinas tais como a compra de bens de determinados produtos, mas principalmente, as atividades de venda são eminentemente masculinas. A área de trabalho em regra é masculina, enquanto a do não trabalho está associada a mulher.

A peculiaridade na produção familiar do "trabalho seracionado por indivíduos ligados por vínculos ideológicos de parentesco" (LOUREIRO, 1984) resulta em maior produtividade e a participação da mulher pode variar, dependendo da dimensão do capital investido. Onde o capital é mais forte o trabalho feminino é de comandar os assalariados, onde o capital é mais frágil, o trabalho feminino resulta na reprodução da sua força de trabalho.

Ao mudar para o meio urbano, hábitos antigos são substituídos por novos, onde a mulher desempenha outro papel, completamente diverso. Novos valores calcados em novas relações sociais e de trabalho são difíceis de se estabelecer, já que na cidade, as formas de solidariedade e sociabilidade não favorecem aqueles que não estão engajados na rede de serviços e trabalhos urbanos.

Entretanto EINGENHEER (1982), analisa pequenos produtores no município de Serro, onde há necessidade de migração dos pequenos produtores, em determinadas épocas do ano e aí a contribuição da mulher para a manutenção e reprodução é determinante na medida em que cabe a ela a preservação da parcela

de terra, transformando-a mais forte entre a família, a propriedade, o papel feminino pode ser determinante para a preservação da parcela de terra, transformando-se a mulher no elo mais forte entre a família e a propriedade.

No âmbito das relações familiares no interior da unidade de produção, a ação modernizadora do Estado não destrói necessariamente a família ao contrário, pode promover novas condições para que ela se realize de outras formas, mesmo que de maneira desfavorável (CARNEIRO, 1986) estuda uma colônia de pequenos produtores formada pelo DNOCS no Vale da Gurgueia (Piauí, onde com a modernização se verifica uma redefinição de papéis na esfera produtiva influenciando nas relações familiares. O conjunto de práticas e valores que dão sentido a integração da produção familiar no processo de modernização tecnológica altera a antiga ordem de valores. No caso dos pequenos produtores do Vale do Gurgueia para o marido, há uma certa continuidade do grupo familiar, onde a adaptação é mais fácil. A ruptura se dá, para a mulher que perde seu papel tradicional e conseqüentemente, espaço dentro da unidade de produção e da própria família com a inserção no mercado de consumo e a inserção dos filhos no mercado de trabalho.

Num sentido mais amplo, a questão que se coloca é que a família, ao avançar, para a modernização no processo mais geral de acumulação, não rompe com os padrões tradicionais da submissão feminina. A modernização, patrocinada pelo Estado, é dirigida apenas ao produtor (homem) contribui em muito para isso. A mulher

entra no processo como complemento masculino. O Estado não reconhece na mulher um agente de transformação social. Dentro das linhas políticas voltadas para esses pequenos produtores as prioridades são técnicas e econômicas e não sociais. Se fossem definidas prioridades sociais as mulheres poderiam ter participação em projetos a elas destinados, acompanhando as mudanças ocorridas em outros setores. Ao invés disso, permanecem como elemento oculto, subtentendido, isolado.

Apesar da abordagem do trabalho feminino na agricultura ter-se ampliado consideravelmente nas últimas décadas, persistem obstáculos a uma real representação do seu significado.

Favorece os entraves a uma melhor representação do trabalho feminino a forma como ele se acha inserido nas pesquisas e estatísticas. Constata-se ainda uma interdependência entre a vida familiar e a vida de trabalho no meio rural, que contribui para a invisibilidade do trabalho da mulher, ou seja, o trabalho feminino só é considerado atividade produtiva (AGUIAR, 1979) refletindo negativamente na sua situação de cidadã: só tem acesso aos benefícios sociais como dependente do marido.

A complexidade da estrutura produtiva muitas vezes também pode representar uma dificuldade para a apreensão do papel da mulher, tendo-se em vista que seu trabalho não é formalizado através da produção de mercadorias e na produção familiar é concebido como "ajuda".

Os dados estatísticos, por longo período, contribuíram para

a invisibilidade do trabalho feminino, sobretudo na pequena produção familiar, o período que antecede a mecanização.

Na pequena produção mercantil, inicialmente, a unidade residencial e de produção, são contíguas, não havendo dissociação entre a casa e o trabalho. Ao atuar nesses dois contextos ao mesmo tempo, pode a mulher oferecer elementos consistentes para a análise da organização social.

Com a introdução do capital no campo o eixo central da produção se desloca da residência, separando-a da produção. Todavia, as atividades desenvolvidas no âmbito doméstico afetam a produção, na medida em que contribui para a redução do custo da força de trabalho.

Compreender melhor e indentificar as atividades femininas, permitem oferecer elementos para a elaboração de políticas sociais voltadas para a mulher rural.

Tornar visível o trabalho feminino é um ponto inicial para a reversão da situação secundária que ocupa até o momento. Nesse sentido ganha importância a análise das atividades femininas em estabelecimentos e residências, permitindo discernir sua participação na produção e em outras áreas.

Essa análise pode ter como base dados obtidos diretamente dos sujeitos pesquisados em amostra domiciliar, pertencente a grupo específico de famílias constituídas de unidades capitalizadas, que no processo de diferenciação ascenderam a um patamar socio-econômico integrando-as ao processo mais amplo que lhe permite hoje desempenhar importante papel no conjunto da

produção.

Os aspectos do desenvolvimento social e político são imprescindíveis para analisar a inserção da atividade e da posição que a família ocupa na sociedade, e, também, constituem-se importantes instrumentos para estudos sobre as mulheres.

São eles responsáveis pela vinculação e dependência que se estabelece entre o produtor e o capital, resultando na perda do poder de barganha por parte do produtor, colocando em questão a "autonomia" ou "independência" deste (BRUMER E FREIRE, 1984).

Apesar de imprescindível para a manutenção e reprodução da sociedade, apesar de se constituir em contingente de força de trabalho significativo no PNB, o trabalho feminino tem sido pouco valorizado e praticamente ocultado pela produção social, pois, sua execução, na maior parte das vezes, se circunscreve ao domínio do privado.

CAPITULO II

REFERENCIAL TEÓRICO EMPÍRICO E METODOLÓGICO

1. REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEITUAL

O conjunto de conceitos aqui utilizados o foram por autores que abordaram a questão do capitalismo no campo e os impactos criados na produção familiar e serão explicitados no corpo do trabalho.

A modernização capitalista da agricultura sofreu enorme impulso nos fins dos anos 60 como consequencia de vários fatores: a modernização do complexo agroindustrial; a intensa urbanização e a maior integração e diversificação das exportações agrícolas; a política de credito rural, articulando interesses rurais e urbanos em torno do projeto de cunho modernizante (KAGEYAMA E SILVA, 1986).

Concomitantemente, verificou-se o aceleramento e generalização da proletarização, aumentando a utilização do trabalho no campo com a expropriação dos meios de produção para enorme parcela da população rural.

Instalou-se um intenso processo de diferenciação social¹ cujo sentido (ascendente ou descendente) foi determinado pela

¹ Conforme KAGEYAMA e GRAZIANO DA SILVA (1986) diferenciação é um processo de mudanças nas unidades camponesas em que algumas começam a capitalizar-se, enquanto outras a descer a um estado de incipiente proletarização.

propriedade de terra e o patrimonio inicial, os bons resultados obtidos em safras passadas, a manutenção dos laços familiares e o acesso ao credito rural. (KAGEYAMA e GRAZIANO DA SILVA, 1986) Contudo, nem sempre essa modernização significou a expropriação completa de pequenos produtores. Alguns conservaram a posse dos meios de produção, entre eles a terra, que associada a forma de trabalho familiar, levou-os á inserção no desenvolvimento agrícola, como é o caso dos produtores de algodão de Leme.

Necessário se faz esclarecer que a identificação existente entre a produção familiar e a pequena produção, baseada no criterio de dependencia do trabalho familiar apresenta-se mudada.

A pequena produção era caracterizada fundamentalmente como aquela baseada no trabalho familiar, embora podendo ser complementada pela contratação de assalariados temporários, dependendo sua sobrevivencia e reprodução das condições de seus membros em idade economicamente ativa.

Nos anos 80, todavia, a dependencia em relação ao trabalho da familia é uma particularidade que pode indicar estabelecimentos familiares grandes ou pequenos, tendendo a ser maiores quanto menor for a participação da familia no pessoal ocupado.

É certo que, no processo de diferenciação (ascendente ou descendente) dos pequenos produtores, continuaram como produtores familiares aqueles cujas condições de trabalho, produtividade e a renda auferida permitiram-lhes atingir o

patamar necessário a inserção no processo de modernização.

Embora não se tenha conhecimento de trabalhos que delimitem e quantifiquem rigorosamente sua importância, sabe-se que o papel produtivo da pequena produção já não é tão expressivo no final da década de 70, observando-se uma redução da participação dos pequenos estabelecimentos no valor da produção entre 70 e 80. Os estabelecimentos com área menor que 50 ha. caíram em 1980 de 47,7% para 39,6% (KAGEYAMA E GRAZIANO DA SILVA, 1986).

Por meio de dados secundários (KAGEYAMA E BERGAMASCO 1989) mostram a possibilidade prática de separação dos diversos tipos de produção familiar, utilizando como critério para identificação do conjunto familiar, a utilização de membros não remunerados da família entre o pessoal ocupado. As formas concretas que assume a pequena produção na década de 80 pode ser apreendida a partir da presença e peso relativo que o trabalho contratado (assalariado, externo á família) tem nessa categoria produtiva.

Assim, a produção familiar nos anos 80 é um conjunto heterogeneo, composto por 4.038.982 estabelecimentos agropecuários, de um total de 5.159.851 estabelecimentos no País (KAGEYAMA E BERGAMASCO, 1989), caracterizados por serem dirigidos pelo produtor e por utilizar mão-de-obra familiar.

Esse todo heterogeneo apreendido a partir do peso relativo que o trabalho contratado tem nessa categoria, define-se em tres tipos de unidades familiares:

a) os estabelecimentos familiares puros - são aqueles

estabelecimentos do "conjunto familiar" que não utilizam empregados permanentes, nem temporários, nem parceiros, nem serviços de empreitadas ou outro qualquer;

b) os estabelecimentos familiares complementados por empregados temporários, mas que não utilizam trabalho externo de forma permanente; e

c) as empresas familiares que contratam força de trabalho externa a família, de forma permanente (empregados permanentes e/ou parceiros e/ou outra condição), utilizando ou não empregados temporários².

Tendo-se como referência tipologia para a estrutura de produção na agricultura de KAGEYAMA E BERGAMASCO (1989) podemos afirmar que os produtores de algodão de Leme se assemelham aos estabelecimentos familiares complementados por empregados temporários que não utilizam o trabalho familiar de forma permanente.

Esse tipo de produção familiar forma um conjunto de 1.268.983 estabelecimentos agropecuários³ que representa 31,42% do total no conjunto familiar (4.038.982 estabelecimentos).

A força de trabalho é fornecida pela família numa proporção de 3/4 do total das pessoas ocupadas, sendo o restante composto

² Nos dados de KAGEYAMA e BERGAMASCO (1989) partindo de indicadores obtidos por tabulações especiais do Censo Agropecuário de 80 o tipo familiar puro é composto por 2.515.504 estabelecimentos; o familiar mais temporário de 1.268.983 estabelecimentos e o tipo empresa familiar por 254.495 estabelecimentos.

³ Identificações das unidades de produção feitas a partir de tabulações especiais do Censo Agropecuário de 1980.

por assalariados temporários. 51,3% dos estabelecimentos concentram-se nos estratos de área de 10 a 50 ha. O local típico de residência dessa produtor fora do estabelecimento mais frequente é a própria zona rural (vilas e povoados).

Do total de 52,4% da produção gerada na agricultura brasileira, a categoria familiar mais temporários representa 17%.

Quanto ao grau de mecanização dessas unidades, embora enquanto categoria os estabelecimentos familiares mais temporários não apresentem alto índice de utilização de trator, entre os produtores de algodão de Leme, observamos a situação inversa. Tratores, adubos e defensivos são largamente utilizados. Com exceção das áreas médias os algodoeiros de Leme apresentam semelhanças com as empresas familiares e as empresas capitalistas, isto é, possuem alto grau de tecnificação, auto consumo inexpressivo e alta produtividade, inclusive local de residência fora do estabelecimento.

Do ponto de vista técnico e econômico, verifica-se uma grande diferenciação das unidades de produção. A tecnificação (utilização de adubos e defensivos, trator, etc.), composição da produção e produtividade são indicadores que demonstram uma diversidade marcante.

Apesar da diferenciação, a produção familiar, além da dependência do trabalho direto da família, apresenta outro elemento comum, que é o seu caráter mercantil.

Assim, o avanço do capitalismo e a decorrente intensificação do processo de diferenciação da estrutura social

no campo, tornou imprescindível o reconhecimento da heterogeneidade daquela estrutura e conseqüente diversidade de necessidades. (KAGEYAMA E GRAZIANO DA SILVA, 1986).

Entre os produtores de algodão de Leme, a caracterização interna das relações familiares constituem-se importantes elementos definidores.

A unidade da produção familiar desses algodoeiros está organizada sobre uma base material constituída pela força de trabalho familiar, o acesso á terra e aos meios técnicos de produção. Essa base material lhe confere certa autonomia, mas, não a isenta da subordinação; só que aqui temos um produtor familiar que organiza e dirige a produção.

A relação que se estabelece entre a família e seus meios de produção é pessoal, de propriedade ou posse. Para garanti-los pagam com a intensidade do seu trabalho. Sua organização interna é ditada pelo chefe da família que dirige e distribui as tarefas.

Internamente, ainda, ao nível das relações de trabalho, a modernização agrícola interferiu na forma de produzir e no tempo de produção, ao mesmo tempo que permitiu o aumento do patrimônio da família, ampliou a capacidade de trabalho e reiterou seu caráter familiar (WANDERLEY, 1988).

Esse caráter familiar implica, sobretudo, na não remuneração da força de trabalho e na intensificação do esforço, na medida das necessidades do processo produtivo e em função da disponibilidade de elementos. Eventualmente, podem contratar

mão-de-obra assalariada.

O espaço de contorno bem definido é de um proprietário que trabalha, ou seja, um agente social que desempenha dois papéis, quando consegue se manter integrado ao sistema. Mesmo neste caso, há diferenciações entre produtores que se estabelecem em função da propriedade da terra, do nível tecnológico e da natureza do trabalho familiar (proprietários ou não proprietários-parceiros). (WANDERLEY, 1988).

Desta feita, pretende-se interpretar os efeitos que a modernização da agricultura em Leme trouxe à inserção da mulher na produção familiar e nos papéis desempenhados por ela no âmbito da produção e da reprodução, revelar as especificidades da situação do grupo estudado, muito embora cientes da impossibilidade de generalizar os resultados aqui obtidos.

2. REFERENCIAL EMPÍRICO E METODOLÓGICO

O município de Leme pertence a região do Estado de São Paulo bastante urbanizada, onde se verifica a não existência de municípios com índice elevado de ruralização.

Os primeiros indícios de transformação social e econômica nessa área, surgem no século XVIII, quando aparecem inicialmente canaviais e engenhos de açúcar e mais tarde o café. Este último é

que permitiu a elevação social do colono imigrante.

No início deste século, até 1940, localizaram-se ali grandes fazendas de pecuária extensiva. Em 1943 ocorreu uma crise na produção do algodão, provocando acentuada queda de produtividade. A partir de então, fragmentam-se as propriedades com afluência de população oriunda de outras áreas, em grande parte de ascendência italiana, que compram sítios.

Prolonga-se o processo de fragmentação da propriedade pela década de 50 e a agricultura comercial praticada por sítiantes, em regime semi-intensivo é de algodão e mandioca, associando-se a estas, as roças de arroz, feijão e milho para a subsistência.

A agricultura tornou-se dominante em propriedades menores, incrementada pela instalação da Casa da Lavoura em 1950, na sede do município.

Em 1957 ainda predominava a população da zona rural sobre a zona urbana, mas em 1960 já figurava entre os municípios com população maior na zona urbana que na zona rural.

A população local se dividia entre proprietários e meeiros, estes últimos inicialmente foram colonos do café. Tanto uns quanto outros tabalharam com mão de obra familiar. O trabalho nas terras a meia era considerado da responsabilidade e iniciativa do meeiro. O proprietário dava o solo preparado, arado e gradeado, e pagava a metade do custo do adubo, ficando as despesas da colheita a cargo do meeiro. A casa do meeiro era fornecida pelo proprietário. Para a colheita, tanto proprietario quanto meeiros recorridam a mão-de-obra assalariada.

A aspiração dos meeiros era chegar a arrendatários quando então pagariam um aluguel fixo pela terra, sem ter que dividir a colheita com o proprietário (QUEIROZ, 1973.a).

Descendentes, em sua maioria, de antigos colonos, imigrantes da Italia para as grandes fazendas do café de São Paulo, definiram-se em sua primeira fase, pela condição de não proprietários de terra e vendedores de força de trabalho para as grandes plantações. De colonos do café passaram a meeiros do algodão.

A parceria permitiu a um bom numero de ex-colonos, juntar uma certa importância em dinheiro que lhe assegurava a possibilidade de aproveitar as oportunidades surgidas com o loteamento das fazendas e comprar o primeiro sítio.

Entretanto, a maior parte teve dificuldades para se manter como proprietários na primeira geração. Para muitos, somente na segunda geração de descendentes isto foi possível e, encontrando-se na região, ao lado dos proprietários, antigos imigrantes, ex-colonos, ex-meeiros e sitiantes tradicionais de origem caipira.

Para a pesquisa, selecionamos mulheres de produtores familiares de Leme, descendentes, em sua maioria, de antigos colonos, imigrantes da Italia para as grandes fazendas do café de São Paulo, que definiram-se em sua primeira fase, pela condição de não proprietários de terra e vendedores de força de trabalho para as grandes plantações. De colonos do café passaram a meeiros do algodão e mais tarde proprietários. A presença da

meação é fundamental para o salto que será dado em seguida à condição de proprietário. É o estágio que antecede a compra da primeira terra, mas numa condição extremamente frágil, já que, além de pagar o sítio adquirido, é preciso torná-lo economicamente produtivo.

Essa seleção foi-nos facilitada pela pesquisa anteriormente realizada com esses produtores familiares da região (WANDERLEY, 1986) indicados por técnicos da Casa da Lavoura, de acordo com cadastro e características de produtor familiar, ou seja, aquele produtor que trabalha juntamente com a família no sítio.

A faixa etária desses chefes de família varia entre 40 e 75 anos, tendo filhos com idade acima de 14 anos e cujo número de filhos por família concentra-se em torno de 1 e 2 filhos e 2 ou 3 filhas. Entre os filhos, 69,5% trabalham com o pai. As filhas destinam-se a outras atividades que não da lavoura.

A extensão de área de propriedade desses produtores é bastante diversificada, variando de 3.50 a 174.0 alqueires. Menos de 50% possuem áreas arrendadas, não havendo, numa primeira observação, qualquer relação entre o tamanho da propriedade e a área arrendada.

O número de estabelecimentos está mais concentrado nos estratos de área que vai de 0 a 50 alqueires. Comparando-se com a área total, 55% dos produtores ocupam 80% ou mais com plantação de algodão. (WANDERLEY, 1988). Esses produtores familiares são modernizados, com certo grau de integração no complexo agroindustrial, com capital de certa magnitude, com patrimônio

em terras valorizadas, mas que, apesar disso, permanecem presentes no processo produtivo como força de trabalho da unidade familiar de produção.

No período inicial o trabalho assalariado permanente era muito raro, existindo em certa medida na época das colheitas de forma temporária. A escassez de mão de obra agrícola era generalizada e a aspiração pela posse de um trator também era geral.

A modernização da região permitiu a alguns, formar uma categoria social de proprietários, mas nesse processo seletivo, numerosos proprietários de terras foram expulsos, transformando-se em assalariados rurais.

Poucas famílias conseguem se manter e, excepcionalmente, alguns trabalhadores rurais tem a oportunidade de adquirir uma propriedade na zona mais industrializada e moderna do País.

O grupo aqui estudado consiste de descendentes de meeiros que conseguiram dar um saldo para a condição de proprietário e se mantem enquanto tais.

As entrevistadas foram definidas a partir da relação desses produtores familiares que representam 5% dos produtores com estabelecimentos de área de 0 a 100 ha., de um total de 412 estabelecimentos.

O número de entrevistas foi definido ao acaso, escolhendo mulheres com idade acima de 40 anos, que residissem na cidade, mas que, anteriormente tivessem morado no sítio e trabalhado na produção do algodão, antes da mecanização da cultura. Eram

necessárias mulheres que tivessem vivenciado os momentos de pré e pós modernização da cultura que permitindo as comparações a que nos propunhamos.

Com esse recorte, poderiam ser comparados aspectos relativos a divisão sexual do trabalho, a sociabilidade, ao modo de vida rural e urbano, ao papel desempenhado pela mulher na produção, na família e as possíveis alterações ocorridas nas relações familiares.

Interessava-nos verificar como a modernização da cultura liberou a mulher do trabalho na lavoura e rompeu sua relação com o processo produtivo, redefinindo seu papel no interior da família.

Por telefone marcamos previamente as entrevistas com as mulheres residentes na cidade e aplicamos 21 questionários com 161 perguntas abertas e fechadas, referindo-se aos objetivos a que nos propunhamos. Tais questionários permitiu uma maior uniformidade de respostas.

Dentre as mulheres pesquisadas, encontramos dois casos em que elas ainda participam do processo de produção em situações opostas: uma trabalha ainda nas fases de cobertura, capinação e colheita, e outra administra uma plantação de certa magnitude. Outro caso foi o de outra mulher de agricultor que tem nível de escolaridade universitário e atua profissionalmente como Professora.

O caráter qualitativo deste trabalho induziu-nos a incluí-las, pois essas informações serviriam de contraponto e

comparação.

As mulheres pesquisadas tem idade que varia entre 39 e 77 anos, com 3 ou 4 anos de escolaridade, residentes na cidade há 21 anos ou mais. Excetuando-se dois casos, todas tabalharam na lavoura quando solteiras e mesmo depois de casadas, tendo se afastado apos mudarem de residencia para a cidade.

São descendentes de imigrantes italianos e nasceram em Leme ou em municipios próximos. Foram tabalhadoras rurais quando solteiras; algumas trabalharam na lavoura do pai.

Realizadas as entrevistas, foram construidas planilhas para onde foram transpostos parte dos dados colhidos, permitindo visualizar alguns aspectos de conjunto.

Para a aplicação definitiva dos questionários, foram testados tres casos que sugeriram algumas reformulações no sentido de direcionais mais as respostas para os dois periodos em questão. A linguagem dos depoimentos colhidos foram corrigidos para facilidade de leitura.

As hipóteses sobre as quais trabalhamos são:

1) A modernização agricola reforça os mecanismos de dominação da mulher á medida em que afasta-a da produção e são mantidos os padrões tradicionais de submissão.

2) A familia avança no sentido da participação do processo mais geral de acumulação, mas esse avanço não rompe com os padrões

tradicionais da submissão feminina.

3) O fato da mulher desempenhar trabalhos na produção agrícola em condições de igualdade ao gênero masculino não significa que tenha poder de decisão sobre os destinos da plantação.

4) A liberação da mulher depende da sua inserção econômica como indivíduo, quando essa inserção não se verifica, a mulher é impedida de construir sua própria identidade.

5) A produção familiar moderna do algodão conserva elementos essenciais herdados da economia tradicional.

6) A constituição dos produtores modernizados do algodão deveu-se a combinação entre as especificidades da cultura e da forma familiar de produção.

CAPITULO III

A ECONOMIA TRADICIONAL E A MODERNA

O desenvolvimento agrícola verificado em nosso país a partir de 1950 teve como base uma agricultura tradicional, cujo funcionamento o condicionou substancialmente.

Nossa hipótese é a de que a herança da economia tradicional fornecem os elementos essenciais sobre as quais incidiram as transformações tecnológicas agrícolas e que foram fundamentais para a constituição do segmento que se integrou a esse processo: os produtores familiares modernizados do algodão. A agricultura tradicional pode ser definida como aquela em que os fatores de produção são usados durante gerações, caracterizando-se por práticas e técnicas rudimentares e onde a taxa de retorno dos investimentos agrícolas são baixas. Terra e mão de obra são os dois insumos básicos da agricultura tradicional. Quantitativamente o capital é menos importante. (FLEURY, 1974).

A produção agrícola com base no trabalho familiar está presente em toda a nossa história econômica. Sua importância de longa data não deixou de ser expressiva, e, ainda hoje, continua sendo a base de sobrevivência de muitas unidades produtivas.

Durante longo período histórico, a ocupação da terra por meios legais foi vedada ao camponeses, pois, o único título jurídico reconhecido era o da sesmaria. A ocupação só pôde ser

feita em terras distantes, gratuitas, mas, com limites de difícil superação e extra legalmente. O trabalho familiar aí deparou-se com a adversidade das condições naturais, com o isolamento e a precariedade dos instrumentos técnicos disponíveis. (WANDERLEY, 1988). O caboclo, para manter o nível de consumo vital praticava a agricultura semi-nômade, que se deslocava sem se ampliar.

A grande propriedade, por sua vez, avançava sobre novas terras, entretanto em conflito com a população já instalada. A extinção das sesmarias abriu espaço de luta entre grandes e pequenos com confrontos diretos. Nestas circunstâncias, restou ao pequeno produtor incorporar-se ao latifúndio ou refazer sua exploração em outra localidade mais distante.

O conflito na luta pela posse da terra estabeleceu-se e com a abolição da escravidão, ampliou-se para o controle da força de trabalho dos pequenos produtores. Desta feita, de um lado os grandes proprietários em busca de braços para lavoura e de outro, o produtor lutando pela sua sobrevivência.

Para o colono que chegou ao Brasil, assim como para a população local de pequenos produtores, o espaço para a sua reprodução estava fora da grande lavoura. Definiu-o a Lei de Terras de 1850, ao mesmo tempo que garantia força de trabalho para o latifúndio.

A criação desse instrumento legal e jurídico viabilizou o monopólio e dificultou o acesso à terra aos trabalhadores sem recursos, garantindo com isso a mão de obra necessária para a substituição do escravo.

A condição de colono foi a de vendedor e organizador da força de trabalho familiar. A relação de trabalho existente no colonato implicava no pagamento fixo pelo trato do cafezal, proporcional ao café colhido e a produção direta de alimentos como meio de vida e como excedente comercializável pelos próprios trabalhadores.

Além disso, o colono não era um trabalhador individual, mas sim, um trabalhador familiar e, neste sentido, as relações de produção que se estabeleceram no interior da unidade, não podiam ser definidas como relações capitalistas. Não existia a categoria salário nesse tipo de relação familiar (STOLCKE, 1986).

"O trabalho familiar, sob o regime do colonato ofusca a diferenciação existente entre os membros da família (sexo, idade) e minimiza, ao mesmo tempo, através do caráter coletivo e cooperativo do trabalho, as diferenciações internas da família e a participação diferenciada no trabalho por parte de seus membros" (MORAIS, 1988).

No colonato não havia a separação entre os espaços produtivo e reprodutivo e o capital incorporava a figura do pai autoritário, do "pai-patrão", cujo autoritarismo da esfera da organização familiar se estendia para a esfera da organização do trabalho.

A ideologia do trabalho, do mito do trabalho, de se enriquecer, de se tornar proprietário através de um trabalho duro, eram reforçados pela disciplina e intensificação do trabalho de todos os membros da família do colono. (MARTINS,

1979).

O colono entrou na produção do café pela valorização do trabalho, porque o trabalho, além de uma condição de propriedade, era uma virtude da liberdade (STOLCKE, 1986). A passagem do trabalho escravo para o trabalho livre foi longa e complicada, pois, de imediato, comparado as condições escravistas o trabalho livre poucas modificações trouxe.

A escravidão, por sua vez, foi uma relação real, fundada em condições históricas determinadas que definiam o vínculo entre o fazendeiro e o trabalhador.

Na crise de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, o trabalho teve um sentido particular. Era o trabalho libertado do tributo do traficante; da transformação de capital da produção ao comércio; era o trabalho livre da condição de renda capitalizada; era o trabalho que entrava no processo produtivo completamente desordenado. Mas, de fato, conquanto juridicamente livre, o trabalho acabou por entrar no processo produtivo igualmente ao trabalho escravo, como renda capitalizada, uma vez que o fazendeiro teve que, num primeiro momento, custear o transporte, alimentação e instalação do colono e sua família (STOLCKE, 1986).

Esse dispendio, embora não tão grande quanto o preço do escravo, alterou em muito pouco a relação entre o fazendeiro e o colono. O trabalho continuou assumindo a forma de renda capitalizada do fazendeiro, desaparecendo apenas naos depois de 1850 com a imigração subvencionada pelo governo da província de

São Paulo.

Na introdução do trabalho livre nas fazendas de café em São Paulo, o primeiro sistema escolhido pelo fazendeiro foi a parceria e o contrato de locação de serviços, calcado no trabalho familiar. A dívida inicial era de responsabilidade da família. Nesse período o trabalho livre coexistia com a escravidão.

Na parceria os trabalhadores cuidavam de um número não específico de pés de café e o fazendeiro lhe cedia um pedaço de terra onde cultivavam suas próprias culturas alimentares. Recebiam a casa gratuitamente, pagando metade do rendimento líquido auferido com o café e as culturas alimentares.

Esse sistema, entretanto, não satisfazia aos imigrantes, pois estes, no final, obtinham rendimentos inferiores aos 50% estipulados, devido aos cálculos de rendimento do café produzido, cobrança de comissão, taxa de câmbio desfavorável utilizada na conversão de suas dívidas em moeda nacional, cobrança do transporte de Santos até a fazenda e uma estranha divisão de lucros da renda do produto (STOLCKE, 1986).

A parceria oferecia vantagens para o fazendeiro, uma vez que o trabalhador trabalhava mais e melhor por pequena diferença a mais, acima dos trabalhadores assalariados, o controle sobre o trabalho era exercido pelo próprio trabalhador contratado em unidades familiares e os custos de mão de obra diminuam com a roça de subsistência. Apesar disso, fracassou, sendo gradualmente substituído pelo contrato de locação e serviços.

Neste, os trabalhadores recebiam um preço pre-estabelecido

por medida de café colhido. A roça de subsistência era estabelecida em proporção aos pés de café tratados e/ou alugados por uma renda.

A produtividade, entretanto, continuava insatisfatória para os fazendeiros, pois, havia o não cumprimento dos contratos por parte dos parceiros, o não pagamento das dívidas, deteriorando-se a qualidade do trabalho. Foi introduzida, então uma nova forma de remuneração, um sistema misto por tarefa e por medida colhida.

Iniciou-se a imigração subvencionada em massa, a baixos salários, por tarefas e por produção, baseada no trabalho familiar e combinando café com o cultivo de alimentos.

De 1890 a 1929 verificou-se uma simbiose entre o café e as culturas alimentares. As condições oscilantes do café no mercado externo afetavam consideravelmente a subsistência dos trabalhadores. Preços baixos do café provocavam condições favoráveis as culturas de subsistência. Preços altos do café resultava em proibição do plantio intervalado nos cafezais maduros; roças separadas e aumento nos salários em dinheiro.

Ainda nas década de 20 houve um deslocamento de imigrantes das fazendas para se estabelecerem independentemente. Eram aqueles colonos que haviam conseguido acumular e usavam agora sua economias para comprar terras na fronteira onde plantavam café.

Em 1929 os preços do café caíram vertiginosamente obrigando os fazendeiros a repartir suas propriedades. Contudo isto não significou a perda da influência política que detinham.

No pós-guerra o café adquiriu novo papel, o de catalizador

de divisas cambiais necessárias ao processo de industrialização que ocorre por substituição das importações. Perdeu para a indústria o papel dinâmico na economia brasileira, mas não sofreu, necessariamente, em termos econômicos e políticos. A influência política do setor cafeeiro, baseada nessa importância renovada, permitiu aos fazendeiros e exportadores, proteger seus interesses até 1959.

No começo dos anos 60 o colonato se extinguiu diminuindo em 35% a força de trabalho agrícola do Estado, de 64 a 75, enquanto que o número de trabalhadores rurais residentes decresceu em 52% (STOLCKE, 1982). Verificou-se a transição para o trabalho assalariado com fortes alterações nas relações de produção. As experiências Tecnológicas iniciais foram um desafio ao colonato. Inviabilizou-se o plantio de culturas alimentares. Na década de 70 novos métodos de cultivo foram adotados, verificando-se o divórcio entre as culturas alimentares e o café.

No que se refere aos aspectos políticos, a partir de 1930 o Brasil redefinia a aliança entre as classes dominantes, calcada numa base interna de acumulação, mais sólida, que favoreceu a instalação e expansão de empresas multinacionais. Houve uma crescente concentração e centralização do capital e a fração industrial da classe capitalistas assumiu progressivamente a dominação econômica e a hegemonia política.

Desde a reestruturação política de 30 composição do poder, o Estado sustentou os grandes proprietários através de medidas políticas de proteção aos efeitos da crise econômica, que

significou, concretamente, a manutenção de suas formas tradicionais da reprodução: crescimento extensivo da produção, aliado a utilização da força de trabalho não proletarizada.

O crescimento extensivo baseou-se na exploração da fertilidade natural do solo e a força de trabalho constituída por trabalhadores livres, juridicamente (morador, colono, parceiro, arrendatário), que assumiram o custo de sua própria reprodução ou os riscos da atividade agrícola, através do trabalho familiar.

A exploração familiar esteve presente praticamente em qualquer região onde existiu a grande propriedade como forma predominante de trabalho.

A elevação da demanda dos produtos agropecuários e decorrente desenvolvimento urbano, expandiram a grande propriedade baseada no crescimento extensivo. Essa expansão se deparou com os limites da disponibilidade de terras cultiváveis do ponto de vista da fertilidade e de sua localização. Impos-se a transformação dessa grande propriedade, e sua reprodução vinculou-se a possibilidade da produção da renda fundiária mediante a rentabilidade das novas áreas ocupadas.

O crescimento extensivo da produção representou também uma redução da produtividade física das culturas, que interferiu no comportamento das exportações, tão necessárias a política de industrialização do país.

Ao avançar sobre áreas até então exploradas pelas unidades familiares, ou sobre aquelas antes ocupadas pela pequena produção fora dela, a grande propriedade desencadeou um processo de

proletarização da força de trabalho.

Tais contradições desembocaram na definição de novas formas de articulação entre a grande propriedade e o grande capital. Na década de 60 reestruturava-se o bloco de poder, concretizando uma clara opção do Estado pela modernização conservadora que se intensificou a partir de então. O Estatuto da Terra promulgado nesse ano implementou efetivamente a parte referente ao desenvolvimento agrícola, em detrimento da outra parte que lhe constituía e que se referia a Reforma Agrária. Neste sentido veio em benefício dos produtores capazes de absorver as medidas nele contidas. Naquele momento, a política agrícola baseava-se na expansão de fronteira agrícola e na modernização da agricultura.

Ao lado dos colonos do café, constituindo uma camada intermediária entre fazendeiros e trabalhadores sem terra, existiam pequenos policultores que abasteciam de gêneros alimentares, a maioria da população. Eram os "caipiras" que, segundo Cornelio Pires, constituíam-se o branco (portugueses e imigrantes europeus), o negro, o caboclo (índio e portugueses) e o mulato.

O caipira sucedeu o bandeirante e precedeu o senhor de terras, desbravando o oeste deixando prontas imensas áreas de ocupação para o café, a cana e o algodão, mais tarde o gado; lutando com os índios e servindo de tropa entre os índios e os fazendeiros. Aqueles que não foram para o oeste, ficaram entre os cercos de fazendas, mantendo laços estreitos de troca de serviços com sítiantes de melhores condições econômicas e fazendeiros,

chegando até a fazer parte da reserva armada destes últimos.

Famílias e comunidades caipiras existiram política, econômica e culturalmente como fração constitutiva de um sistema social agrário mais amplo, embora o sistema determinasse a ele uma posição marginal.

A vida do sitiante caipira paulista aparecia marginalizada sob o poder dos mecanismos de expropriação de terras, trabalho e controle do trabalho na terra. Sobre ele refere-se WANDERLEY (1985) "pobre, habita sua terra e nela trabalha produzindo com o labor da família, ao longo de anos em mesmo lugar, o alimento caseiro e o excedente, cuja venda, inclusive, supriu as grandes fazendas de trabalho escravo no passado". A esse camponês é facultado ser proprietário legal nas regiões onde interessa ao fazendeiro a proximidade dos sítios de produção de alimentos ou em áreas que não mais interessa.

Onde os valores de mercado agrícola gerem negócios com a terra, o lavrador dono, posseiro ou agregado é expulso, empurrado em direção a oeste, quando não, transformado em agricultor parceiro, agregado ou qualquer categoria de trabalhador camarada.

O sitiante de São Paulo foi definido por Nice Lecoq Muller como "todo o pequeno produtor rural que, responsável pela lavoura, trabalha direta e pessoalmente a terra com a ajuda de sua família e, ocasionalmente, alguns empregados remunerados" (MULLER, 1951).

Presos a uma organização de vizinhança, "o bairro rural", possuíam um sentimento de localidade configurado tanto no espaço

geográfico como social. O bairro era um grupo social de tendência igualitária, onde a riqueza não é causa direta de prestígio. Este dependia de qualidades pessoais, positivamente sancionadas pela tradição.

Essa unidade social de povoamento era constituída de maneira dispersa, mas com um núcleo que servia de fixação à população. Expressava-se através da ajuda mútua, individual e familiar, por troca de serviços coletivos como o multirão. O multirão era usado em virtude da escassez de mão de obra e escassez de recursos, quando grande quantidade de trabalho precisava ser executada rapidamente. A colaboração dos vizinhos era espontânea, voluntária e gratuita, sem diferenciação de papéis, nem funções e baseada na reciprocidade. Tinha função integrada das famílias esparsas, de obrigação moral e com sanções sociais. Era utilizado em geral para derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc.

Outra forma de expressão de sua unidade social eram as festas religiosas em homenagem a um santo padroeiro, cultuado no dia de seu nome ou devido a promessas. Esses festejos tomavam a forma de novenas, procissões, celebração de missas, ou ainda, forma profana tais como leilões, danças e divertimentos folclóricos. Nessas ocasiões havia um estreitamento de relações de vizinhança, através da participação com trabalhos, prendas, dinheiro para a realização da festa. Algumas vezes essa integração se desfazia, dando lugar a disputas e lutas devido às tensões e conflitos subjacentes.

Vivendo numa economia mais ou menos independente, tinha a disponibilidade de tempo segundo uma adaptação própria do calendário da sociedade global. Havia certo grau de liberdade na utilização do seu tempo mas que acompanhava o geral. Seu isolamento podia ser quebrado mais ou menos frequentemente, conforme a importância e proximidade com o núcleo central.

A diferenciação social tendia a ser pequena nos bairros rurais e nas vilas tradicionais, onde predominavam os sítios de agricultura de subsistência. Organizavam-se de maneira igualitária.

O sítiante tradicional podia ser considerado como uma camada social que participava da cultura rústica e dos valores fundamentais da sociedade global brasileira o que, portanto, permitia encará-lo como camada camponesa no Brasil (Fukui, 1979).

O conceito de bairro rural que definiu a unidade social de povoamento dessas populações, foi redefinido por QUEIROZ (1973), ampliando-se de forma a abranger, além dos camponeses, também os agricultores que produziam para os mercados local, regional e internacional, tendo como objetivo o lucro. Esses produtos, cuja subsistência não dependia diretamente da plantação mas, sim, da venda da colheita que lhes permitia adquirir bens para seu consumo.

Nesse espaço estavam incluídos os pequenos produtores autônomos e independentes em seu trabalho, que executavam apenas com os braços da família e do qual lhes cabia a iniciativa e responsabilidade. Na redefinição "bairro rural é aquele cujos

membros, estando à frente de empreendimentos rurais de que guardam responsabilidade (mesmo quando não conservam a totalidade da colheita), desenvolvem entre si, relações de trabalho expressas na ajuda mútua, e conservam relações de vizinhança que se concretizam na participação, em nível igualitário, das atividades quotidianas e festivas do grupo de localidade" (QUEIROZ, 1973).

Sob esta perspectiva, o aspecto económico coloca-se em segundo plano, dando prioridade ao tipo específico de relações sociais e das relações de trabalho.

No bairro de Taquari, município de Leme, QUEIROZ (1973), encontrou agricultores, vivendo num sistema de agricultura comercializada, e que secundariamente produziam para a sua própria subsistência. Invertiam-se aí os dados que definem o camponês, pois a venda dos produtos era objetivo principal da atividade rural, passando a subsistência a objetivo secundário.

Apesar de, do ponto de vista económico, não se estar diante de situações tradicionais, traços característicos do bairro tradicional permanecem, reunindo famílias conjugais autónomas, onde os filhos tornaram-se também familiares economicamente autónomos ao se casarem. As relações de ajuda mútua entre vizinhos continuaram a existir, as festas religiosas também eram importante forma de congregação entre os habitantes. De maneira geral, o ritmo de vida quotidiano seguia inteiramente o padrão tradicional.

Enfim, as relações familiares, relações vicinais e relações

de trabalho no bairro rural modernizado, continuavam semelhantes à dos bairros tradicionais, além disso, a falta de estratificação social, a situação mais ou menos igualitária de proprietários e meeiros, características das relações dos bairros tradicionais, permaneciam. No que se apresentava de fundamental, estava-se diante de um grupo social que se enquadrava na definição de bairro rural.

Com a queda do café, a agricultura de subsistência avultou-se novamente, incorporando o imigrante à cultura caipira na região. Os principais sistemas de produção encontrados eram a parceria, meação e arrendamento.

A medida em que se desenvolveu a economia capitalista os caipiras foram se incorporando passando a depender do mercado urbano, com interferência do intermediário e desnorteando-se na compra e na venda, conforme as intensas flutuações deste mesmo mercado. Conseqüentemente, verificou-se uma situação de precariedade econômica, onde o caipira obtinha pequena margem de lucro.

Nesse momento, reorganizou-se a vida familiar e grupal. Os bens de consumo passaram a ser obtidos por compra; surgindo a necessidade de um orçamento doméstico e de dinheiro, este, quase ausente da economia doméstica anterior.

Alterou-se o ritmo de trabalho, agora era necessário maior esforço físico no trabalho intenso, para satisfazer suas necessidades básicas.

A tecnologia, por sua vez, criou novas necessidades e o

caipira aceitou os traços da cultura urbana como elemento de prestígio. Alteraram-se as posições na estrutura tradicional, definindo-se outras, fora dela.

Entre lavradores que não abandonaram a agricultura, nem sua área de origem, estabeleceram-se relações de parceria, persistindo a economia caipira tradicional. O parceiro caipira "o aforante" era um proprietário incompleto, que mantinha crenças, práticas e valores característicos do caipira tradicional. A parceria no processo de mudança representou a possibilidade de retardar ou evitar a proletarização rural.

No processo de incorporação progressiva dos grupamentos rurais à esfera de influência da economia capitalista, verificou-se a coexistência de fatores de persistência e fatores de transformação.

No sentido de resistir ao impacto das mudanças, vários mecanismos de sobrevivência social e cultural estabeleceram-se. A parceria e a reunião em sítios asseguravam a preservação dos valores tradicionais que tinham ação reguladora e agiam em defesa da integridade do caipira. A mobilidade social, por sua vez funcionava como fator de integração social e preservação da cultura, uma vez que o deslocamento dentro da região permitia conservar o universo próprio à continuidade da tradição. A individualizadora, mantendo a coesão. Em lugar da antiga sociedade de bairro, surgiram "blocos familiares" onde se verificava solidez e capacidade de resistência das relações de vizinhança, quando reforçadas pelo parentesco.

As práticas de solidariedade de vizinhança promoviam a interdependência das famílias, contribuindo para integrá-las no grupo.

O sitiante tradicional não foi um fenômeno particular, mas encontrado em quase todo o País e em época não recente (QUEIROZ, 1973).

Na economia rural brasileira, ao lado da produção monocultora destinada ao mercado externo, sempre existiu a dos sítiantes independentes que a completava, assim como complementava a economia urbana e comercial.

Entre fazendeiros e trabalhadores sem terra, sempre existiu uma camada de sítiantes proprietários de direito e de fato, cultivado a terra em regime de trabalho autônomo, com mão de obra familiar.

Econômica e socialmente ocupava a posição amortecedora dos antagonismos existentes entre fazendeiros e trabalhos sem terra, na medida em que acenava com uma possibilidade de ascensão à categoria de proprietário para aqueles que não possuíssem terra, possibilidade esta contrária às contestações da estrutura e organização social existentes (QUEIROZ, 1973).

No conjunto da sociedade complexa, o sitiante veio ocupar uma posição hierárquica socio-econômica inferior, à medida em que novas camadas sociais foram criadas. Sua sobrevivência dependia das relações que estabelecesse com a cidade e da complementação com a economia urbana.

A partir de 30 os sítiantes perderam seus mercados,

tornando-se apenas produtores locais, deixando de se deslocar regionalmente para trocar seus produtos. Passaram a ser explorados por intermediários. Nesse momento iniciava-se o processo de desagregação da economia e do seu estilo de vida.

A despeito das transformações ocorridas na nossa economia, persistem até hoje, traços do modo de vida e da organização social, organização do trabalho que conferem identidade a determinados grupos da população rural.

Ao entrarmos em contato com os produtores de algodão de Leme, pudemos observar no seu modo de vida, no seu quadro de valores, traços dessa cultura "caipira" assimilada pelos colonos imigrantes, resultando em novas referências culturais, novo quadro de valores.

Diferentemente do Sudeste, a economia tradicional e a pequena produção familiar no NE, caracterizou-se primordialmente pela dependência em relação aos grandes proprietários, calcada na insuficiência relativa de terras cultiváveis para o trabalho familiar.

Essas características regionais específicas, guardaram estreita relação com as questões estruturais que permearam todo o desenvolvimento econômico do País.

No Nordeste de Pernambuco, por exemplo, GARCIA (1983), verificou que ao lado da grande plantação de cana-de-açúcar em continuidade com as grandes plantações da Zona da Mata, com raros pequenos estabelecimentos haviam sítios grandes e pequenos com poucas fazendas de gado na área mais próxima do agreste.

Dentro da grande plantação havia a lavoura comercial, cuja comercialização era de monopólio do proprietário e as lavouras de subsistência, cultivadas pelo "morador" e sua família, onde se produzia mandioca, milho, fava, feijão e café.

Fora da grande plantação canavieira que podiam servir para consumo familiar ou para venda em ambos os casos.

Por volta das décadas de 40 e 50, com o advento das usinas, os engenhos entraram em crise, deixando de corresponder a um estabelecimento agrícola. Abandonaram-se as instalações de beneficiamento da cana-de-açúcar. Verificou-se um "partilhamento" da terra, modificando as lavouras de subsistência, trabalhadas pela família, as chamadas "terras de trabalho".

As unidades produtivas de base familiar, caracterizadas por uma dupla autonomia econômica e pessoal se expandem, permitindo a alguns, uma acumulação suficiente para comprar terra.

Os grandes proprietários, por sua vez, não se ausentam das propriedades, necessariamente. Permanecendo ou retirando-se para a cidade, cresceu em seu lugar a figura do "foreiro" que estabeleceu um tipo de relação com o proprietário baseada no pagamento anual em dinheiro, que permitiu o desenvolvimento do pequeno estabelecimento.

No período do pós-guerra, entretanto, a vida desse segmento social foi enormemente dificultada devido à inflação que elevou o "foro" continuamente. Para se manterem na terra os "foreiros" resistiram e essa resistência acabou por transformar-se numa luta constante que desembocou nas Ligas Camponesas (1950). Apesar de

algumas vitórias, nem todos os "foreiros" conseguiram manter a terra, tornando-se pequenos proprietários. Foram para a "rua"¹.

Aí, a pequena produção se caracteriza por cultivo de lavouras de subsistência, o roçado, que se utiliza de força de trabalho do grupo doméstico.

Três situações básicas entre os trabalhadores que "botam roçado" se delineiam: pequenos proprietários, moradores e trabalhadores residentes na "rua".

Os pequenos produtores tinham sua casa em terra própria e dispunham de mais alguma para "botar roçado". O trabalhador residente na "rua" não residia em casa sob domínio do grande proprietário tal qual o morador, dispunha de força de trabalho do seu grupo familiar, mas não tinha terra para o "roçado". Não tinha também livre acesso à água e o capim, necessários aos animais de transporte, nem lenha.

Tradicionalmente, o pequeno proprietário se opôs ao morador, pois não estava subordinado pessoalmente a um grande proprietário, dispondo de pouca terra para "botar roçado"; tinha necessidade de entrar em relação com o grande proprietário para obter mais terra. Suas condições de vida dependiam do acesso renovado às terras dos grandes proprietários e neste sentido, estavam submetidos a eles também.

Os moradores estavam numa relação de dependência pessoal, de duas espécies: de sujeição e de obrigação em relação ao grande proprietário. Não dispunham igualmente de força de trabalho do

¹ local onde residem aqueles que não tem sítio.

grupo doméstico.

Para obter o complemento necessário à sua subsistência, o pequeno produtor vendia sua força de trabalho ou realizava pequeno comércio. "Feirar" era uma possibilidade importante para ele, possibilidade essa que o morador não tinha.

Ao morador era vedada a posse de animais que viabilizaria o transporte de mercadorias para o comércio. Podiam dispor "livremente" da força de trabalho do seu grupo doméstico, mas "morar na rua" para os pequenos produtores significava uma situação de privação, pois, não tinham a possibilidade do sítio.

A complementação da subsistência familiar podia ser conseguida de diversas formas: no trabalho "alugado", no trabalho no sul (migração sazonal), no "negócio", no "feirar", na caça e na pesca, no artesanato, no trabalho fabril e na migração propriamente dita.

O trabalho alugado era o serviço agrícola pago em dinheiro e significava o reconhecimento da insuficiência do trabalho familiar materializado no roçado, manifestando a privação. Nesta modalidade, reuniam-se pessoas que participavam de um mesmo processo de trabalho, não por relação de parentesco, mas pelo pagamento da jornada de trabalho. A duração do trabalho estava subdividida em jornadas de trabalho diárias, havendo, portanto, uma descontinuidade do tempo. O trabalhador alugado não tinha sua reprodução ligada ao produto final de todo o ciclo agrícola e a quantia paga era insuficiente para a subsistência da família.

Pequenos e grandes proprietários faziam uso do trabalho

alugado, mas os pequenos proprietários podiam fazer a troca de dia. Nesta, não havia o recebimento do dinheiro, mas o compromisso de que receberia o mesmo quando necessário. O trabalho alugado manifestava a fraqueza da relação de solidariedade local, mas, não materializou, necessariamente, seu rompimento.

O trabalho no sul foi outra forma complementar à subsistência familiar. Denominavam-se "corumba" ou "curau" e eram em geral, pequenos proprietários e trabalhadores que moravam na "rua" e que vão residir nos "ranchos" (habitações coletivas) no sul. Esta modalidade não tinha mesma conotação negativa do alugado e destinava-se a garantir o consumo da família durante um período ou mesmo, aumentar o patrimônio. Servia para acumular algo que não fosse compatível com o "roçado".

O "negócio" era outra forma de se ganhar dinheiro para garantir o sustento familiar. Tratava-se da venda do seu produto na casa-"rua", ou feira. Os produtos transacionados nesta condição eram aqueles objeto da produção e do consumo da pequena produção.

"Feirar" era a alternativa à venda da força de trabalho, principalmente o "alugado". O "negócio" viabilizava continuar vivendo em terras insuficientes para o "roçado" e supunha, em suas bases materiais, uma condição de pequeno proprietário continuava a se identificar com a atividade agrícola que exercia, pois, o "negócio" tinha a conotação negativa de apropriar-se do produto do trabalho de outrem.

A caça e a pesca praticadas pelo pequeno proprietário não eram socialmente consideradas como trabalho. O artesanato doméstico consistia em bens necessários ao consumo familiar e em algumas situações passavam a ocupar um lugar importante na obtenção da subsistência familiar. O trabalho fabril não chegava a ser uma alternativa garantida para obter a subsistência familiar.

A migração era vista como forma de contrariar a deterioração da condição de vida. Para o pequeno proprietário, diferentemente do morador ou do trabalhador residente na "rua", visava, em geral, reproduzir no local de chegada a situação de pequeno produtor ou acumular recursos para se estabelecer posteriormente.

As terras de gado, por suporem o acesso a terra de grandes propriedades, romperam o equilíbrio tradicional, impedindo que a reprodução física e social da unidade doméstica fosse obtida através do trabalho familiar.

Desta feita, seja no NE Pernambuco, seja em São Paulo, a agricultura brasileira que antecedeu a modernização agrícola foi marcada pela produção extensiva de produtos destinados à exportação, combinados à agricultura de subsistência. Esta última, enfrentando as variações dos interesses comerciais, ora incentivada, ora proibida.

Em termos da estrutura agrária tivemos sempre a presença marcante da grande propriedade ao lado das pequenas parcelas, num movimento de distensão e contração de umas e de outras,

determinado principalmente pelas variações do mercado externo e do próprio desenvolvimento econômico do País. Ao longo do tempo até hoje, observamos os impedimentos e obstrução da posse da terra àqueles que não fizessem parte das elites representadas no Estado.

Nas relações sociais de produção verificamos após a abolição da escravidão, uma predominância da utilização de mão de obra não proletarizada, onde os trabalhadores livres (moradores, colonos, parceiros e arrendatários) assumiram a sua própria reprodução, organizando-se familiarmente. Os caipiras também participaram e abastecendo a população dos gêneros alimentícios. Desenvolvendo o trabalho familiar, habitando suas próprias terras foram igualmente sujeitos aos mecanismos gerais de expropriação.

Com o desenvolvimento capitalista da agricultura adotaram-se novas práticas de cultivo, com tecnologias "adequadas" aos produtos; paralelamente cresceram as cidades e os mercados consumidores aos quais progressivamente incorporaram-se a população rural.

A economia tradicional e a pequena produção familiar do Sudeste, face ao desenvolvimento econômico, conseguiu manter certa autonomia, mesmo que inserida de forma minoritária e frágil na estrutura fundiária. Quando ocorreu a política de modernização agrícola encetada pelo Estado, alguns pequenos proprietários que atenderam a determinados requisitos básicos desse processo, conseguiram ascender econômica e socialmente.

No NE brasileiro, entretanto, as dificuldades foram, maiores dada a maior dependência da pequena produção em relação aos grandes proprietários, recorrência da estrutura fundiária e insuficiência relativa de terras cultiváveis para a pequena produção.

No NE de Pernambuco, a pequena produção se realizou por moradores dentro da grande plantação de lavoura comercial, cultivando produtos para a subsistência ou fora da grande plantação em pequenos estabelecimentos, que podiam ser de pequenos proprietários ou trabalhadores residentes na "rua".

A despeito das características regionais serem bem específicas é possível identificar a presença de questões fundamentais que permeiam todo o desenvolvimento econômico do País. Essas questões referem-se a posse da terra como instrumento básico de poder que reinou absoluta principalmente no período que antecede a modernização, definindo a dominação de uns sobre os outros. Com a modernização agrícola a terra passa a dividir com o capital o poder de dominação, com a colaboração do Estado e por ele representado, dando continuidade a um processo de exclusão social e econômica.

A economia tradicional foi marcada pela passagem do trabalho escravo para o trabalho livre da imigração, teve avanços e recuos nas áreas das pequenas e grandes propriedades, em função das flutuações do café no mercado internacional e a consequente diminuição da produção para subsistência.

A exposição histórica das transformações sociais econômicas

e políticas aqui relatadas teve como objetivo mostrar um panorama da nossa agricultura onde surgiram e se inseriram os produtores familiares, em particular os algodoeiros de Leme, assim como os outros grupos sociais que dividiram com eles o espaço agrícola.

Finalizando, destacamos que seja no Sudeste, seja NE, verifica-se o elemento constante presente na história do País, é a exclusão econômica e social, sistemática, daqueles cuja existência depende do trabalho. Sem a representação no Estado, estão sempre à mercê das decisões tomadas pelos que detém o poder através da propriedade da terra e do capital.

Excepcionalmente, em alguns casos e em circunstâncias específicas como os produtores modernizados de Leme, é possível manter-se integrados na economia do País, embora sempre dentro de estreitos limites e a um elevado preço.

CAPÍTULO IV

A PRODUÇÃO FAMILIAR E A COTONICULTURA NO ESTADO DE SÃO PAULO

O objetivo deste capítulo é apontar as especificidades da cultura do algodão que, aliadas à forma familiar de produção, em determinado momento histórico e sob a combinação de especiais circunstâncias, convergiram para que alguns produtores ingressassem na economia modernizada do País.

Partimos da hipótese de que a constituição dos produtores modernizados do algodão em Leme (WANDERLEY, 1988) deveu-se a condições especiais sem as quais não teriam conseguido ingressar no processo de acumulação mais amplo.

A produção do algodão em São Paulo remonta ao século XVI. O algodão paulista na sua origem já tinha um "sentido de autonomização", na medida em que não se incluía nos nexos da empresa colonial. Tratava-se do algodão de roças, eventualmente utilizando o braço de escravos (ALBUQUERQUE, 1982).

Historicamente, sempre esteve ligada à pequena propriedade autônoma e de 1860 a 1875 registrou-se um surto de algodão no Estado que, do ponto de vista das relações sociais de produção, reforçava a utilização do braço não assalariado, facilitava a sobrevivência do caipira e suplementava os ganhos do grande fazendeiro cafeicultor, sem, no entanto, deixar de ser

considerado por ele como cultura secundária.

O algodão operou em São Paulo como uma cultura democrática, que permitiu ao lavrador pobre e de poucos recursos integrar-se na divisão social do trabalho com uma participação maior do que a sua "diária de jornal", deixando-lhe esperança inclusive de acumulação de capital. O grande capital não conseguiu penetrar no processo produtivo, de métodos de cultivo simples, com rentabilidade garantida mesmo para a produção em pequena escala (ALBUQUERQUE, 1982). Portanto, características específicas da cultura desempenharam papel fundamental numa produção de pequenas proporções.

O capital entrou na cultura no beneficiamento e comercialização. É nessa esfera que se deu a apropriação do excedente de trabalho dos pequenos lavradores, respondendo às necessidades objetivas de aumento da eficiência das operações de financiamento. Através dos centros de "beneficiamento" subordinou, indiretamente, a multiplicidade de pequenos plantadores independentes, principalmente no surto paulista do período já mencionado.

A indução do progresso técnico na cotonicultura paulista deu-se, principalmente, pela importância que o produto teve como matéria prima industrial, ligada as duas forças econômicas setoriais: a indústria textil paulista e as redes de comercialização da produção agrícola para o exterior.

A cotonicultura consolidou-se em surtos até 1940, sem substituição de culturas, ao contrário, através de mudanças na

orientação dos investimentos, das relações de produção nas áreas cultivadas, conforme o capital do produtor e o seu poder financeiro, ficando a produção aos pequenos e médios proprietários, aos clientes dos loteamentos, parceiros e arrendatários (ALBUQUERQUE, 1982). Aos grandes, reservou-se o café em novas áreas, a pecuária, os investimentos na indústria urbana e a especulação de terras.

O crescimento vertiginoso da cotonicultura no Estado deu-se, principalmente, pela facilidade de utilização da rede ferroviária já consolidada para o escoamento do café e pelo financiamento a produção concedido pelo capital comercial, constituído de comerciantes e maquinistas. Acionado pela demanda local e internacional de matéria prima, o complexo algodoeiro resultou no aparecimento de usinas de beneficiamento por todo o Estado de São Paulo.

Se para os produtores de algodão a cultura significava a reprodução de suas vidas, para o capital comercial significou alta rentabilidade, na medida em que havia um rápido retorno do capital investido e ampliado. Corroborou com este bom investimento a demanda certa de capital, uma vez que, sem ele, tornava-se inviável a produção. O empréstimo era essencial para o produtor pobre.

A Bolsa de Mercadorias de São Paulo atuou decisivamente no processo de constituição do complexo, na medida em que, gradativamente, disciplinou as condições do mercado e padronizou o algodão colocando-o ao nível do mercado internacional.

A importância maior da cotonicultura na evolução da divisão social do trabalho ocorre porque a cotonicultura se encontrava integrada às necessidades da indústria têxtil, voltada para o mercado externo, incentivando a que outras áreas se especializassem na produção de alimentos. O regime de trabalho da cotonicultura se apoiou, fundamentalmente, no trabalho do agricultor e no de sua família e o "diarista" na época da colheita.

A constituição do contingente de pequenos proprietários no Estado de São Paulo foi possibilitada pelo sistema de loteamentos no qual estavam envolvidos não apenas o próprio Estado, mas também Inglaterra e França. Os loteamentos intensificaram-se apoiados pelo capital fundiário de origem estrangeira bem como nos loteamentos organizados pelas Cias. de Estradas de Ferro.

Os arrendatários nesse período trabalhavam áreas muito pequenas, de 10 a 15 hectares, em média, baseando-se no trabalho familiar. "São ex-sitiantes que preferiam cultivar boas terras, mesmo arrendadas, a permanecer num sítio de sua propriedade onde as terras fossem de inferior qualidade" (ALBUQUERQUE, 1982). Outros não tinham capital, mas estavam habilitados a trabalhar com melhores perspectivas, e ainda, uma pequena corrente migratória da cidade para o campo.

Essa massa de arrendatários era composta por agricultores sem terra que já ocupavam a região e mesmo por migrantes. O dinheiro para pagar a renda pelo estabelecimento era proveniente de empréstimos repassados pelo proprietário de terra ou

conseguidos através dos próprios comerciantes e maquinistas. Os contratos de arrendamento concretizaram a subordinação do "arrendatário" ao proprietário. Nestes, estabelecia-se prestação de serviços devida ao proprietário, a não indenização de benfeitorias, restrições quanto aos produtos que podiam ser cultivados, e para não haver concorrência, impedimentos para a contratação de mão de obra. Parte dos riscos do proprietário eram assumidos pelo arrendatário, obrigando-os a acatarem instruções quanto à preparação da terra e a utilização de fertilizantes e inseticidas; enfim, uma série de exigências que colocavam o arrendatário em condição difícil e subordinada.

Embora fossem evidentes os resultados benéficos da adubação, sua utilização era bastante restrita na década de 40, devido ao seu alto custo. O uso de implementos motomecanizados não se generalizou rapidamente. Em áreas recém desmatadas a utilização de outro instrumento, que não a enxada, também, era difícil.

Em 1940, em relação às demais culturas da época, o algodão não era necessariamente uma cultura "avançada", do ponto de vista da maquinização. A revolução e modernização das técnicas de cultivo se deu com a utilização das sementes e a eficiência que os serviços dos campos de cooperação, coordenados pelos técnicos do Instituto Agronômico de Campinas e Secretaria de Agricultura. As sementes eram o único insumo moderno que, de fato, e obrigatoriamente acompanhou os pequenos e grandes produtores (ALBUQUERQUE, 1982).

A venda de sementes selecionadas e tratadas constituía-se num elemento permanente a dificultar o esmagamento do volume de produção dos pequenos cotonicultores. A ausência de técnicas mais racionais de cultivo estava caracterizada como um problema que tinha raízes nas relações sociais que vinham acompanhando a agricultura paulista e em particular a cotonicultura. Os pequenos produtores relacionavam-se diretamente com os comerciantes e beneficiadores, enquanto que o Estado estabelecia a política agrícola para os agricultores. Entretanto, os critérios e exigências só eram facilmente atendidos pelos intermediários entre o Estado e produtores (comerciantes e beneficiadores); estes sim os únicos capazes de se credenciar no benefício dessa política.

No período áureo do algodão no Estado foi de 1940 a 44 predominou a pequena produção, com áreas de 12 hectares (5 alqueires).

A partir de 45, entretanto, os plantadores abandonaram a cultura em massa, caindo o número de proprietários e mais ainda o número de arrendatários. As causas apontadas eram a "desesperança com a cultura", o surgimento alternativo do arroz e do amendoim, com boas rentabilidades financeiras e até mesmo a "ressureição" do café que levaria os cotonicultores falidos de volta ao colonato. Mas a causa primordial era que em 1945 os financiamentos do Banco do Brasil ao algodão, feitos contra "depósito do algodão em pluma e em armazens idôneos", que chegavam a atingir mais de dois bilhões de cruzeiros, apenas

nesse ano, foram suspensos (ALBUQUERQUE, 1982).

O crédito para a produção do algodão disponível aos pequenos produtores era o crédito informal. A massa de recursos dos bancos era repassada aos agentes intermediários e destes para os produtores. Considerando-se que os comerciantes não admitiam assumir os riscos de trabalhar com crédito próprio, ao cessarem os repasses do Banco aos comerciantes e beneficiadores verificou-se a queda da produção.

A preferência do agricultor pelo financiamento do "maquinista" e negociante, que ele conhecia no cotidiano, estava ligada a determinadas exigências burocráticas de apresentar título de propriedade, estimativa de colheita com preenchimento de formulário, e, a cada repasse o capital comercial se apropriava de parte considerável do valor gerado pelo trabalho excedente do produtor direto.

Na década de 50 os plantadores faziam uso de novos métodos de cultivo, de controle de pragas e novas variedades baseadas em pesquisas científicas desenvolvidas pelo Instituto Agrônomo de Campinas, Instituto Biológico e encetadas pela assistência técnica das Casas de Agricultura.

A partir do pós-guerra, a dinâmica do complexo algodoeiro não mais respondeu aos interesses do capital comercial e da indústria têxtil. Daí para frente a dinâmica se centraria no predomínio da indústria têxtil e da indústria de alimentos processadora de caroço de algodão. Desta feita, subordinado ao padrão de acumulação do setor industrial. A hegemonia do capital

comercial passou para o capital industrial. Observou-se um processo de modernização da produção familiar. Instalou-se a indústria de insumos modernos para a agricultura e a exigência de preços mais baixos para o algodão pela indústria têxtil, seguida pela política de preços mínimos do governo federal. Essa exigência de preços mais baixos, inviabilizava a taxa média de lucro equivalente à outras culturas e com isso afastava o empresário e seus trabalhadores assalariados. As agroindústrias por sua vez, mantinham lucros altos graças à subordinação de pequenos produtores, arrendatários e parceiros. Isentando-se dos riscos do trabalho assalariado permanente mantinham-se sem alterações a estrutura de propriedade da terra (ALBUQUERQUE, 1982).

Foi a partir da década de 60 que a cultura do algodão iniciou sua modernização, mas é na década de 70 que foram eliminadas as práticas do preparo manual do solo e o plantio com trator passa a ser usual. A capina exclusivamente manual não se registrava mais nas propriedades, generalizou-se a aplicação de herbicidas assim como a adubação. Em 1975, em São Paulo, o combate as pragas e doenças do algodão é feito com inseticidas.

Apesar da Secretaria de Agricultura estabelecer também por essa época a base técnica das recomendações sobre a colheita mecânica, essa operação permanece até hoje, manual.

A atuação direta da assistência técnica junto aos produtores rurais acabou por implicar numa mudança radical das condições de vida e de trabalho dos produtores.

No início dessa década, diminuiu o tamanho das propriedades e a razão provável disso foi a elevação do preço das terras das regiões mais industrializadas (FLEURY, 1974).

A proximidade dos grandes centros urbano-industriais ajudaram a difusão de tecnologia moderna e incentivaram o aumento da produtividade por oferecerem acessibilidade as grandes mercados.

A utilização de adubo que em 1970 alcançou 39,5% dos produtores de algodão em 1980 92,4%. Nesse mesmo ano de 1980, 95,5% dos produtores utilizavam inseticidas (WANDERLEY, 1986.b) Estas cifras denotam que a integração da indústria de insumos para a agricultura, que era recente, não se dava, também, de maneira uniforme em todo o Estado de São Paulo.

A maior concentração da produção do algodão no Estado no período de 70 a 80 verificou-se no estrato de área de 20 a 50ha., seguido pelo de 50 a 100ha., ou seja, uma grande parte de pequenos e médios produtores de algodão (55%) ao lado das grandes propriedades que eram responsáveis por 45% da produção em 1980 (WANDERLEY, 1988).

Conforme já mencionamos, a especialização e a tecnificação da cultura transformaram os cotonicultores em produtores modernos de algodão. Essa especialização e tecnificação, entretanto, foi resultado da iniciativa do Estado. O algodão surgiu como cultura alternativa do ponto de vista da renda que poderia proporcionar aqueles que a ela se dedicassem.

Ao nível da pesquisa agrícola, a ação do Estado revelou

antes a contemplação dos interesses dos setores dominantes do complexo algodoeiro (o capital comercial e a indústria têxtil) que, propriamente, os produtores de algodão.

A produção familiar no complexo algodoeiro paulista se integrou através de práticas de resistência associadas ao consentimento da ordem social vigente, reproduzindo-se forma diferenciada e subordinada (WANDERLEY, 1986). Nesse complexo estiveram presentes relações de concorrência, conflito e aliança entre os diferentes agentes sociais que possuíam estratégias específicas para se posicionar: (a indústria têxtil, o setor de exportação, comerciantes maquinistas, os produtores rurais grandes proprietários fundiários, parceiros e pequenos proprietários, o Estado, os produtores de máquinas, equipamentos e insumos modernos).

Todavia, a não incompatibilidade da tecnificação da produção com a forma familiar conduziu não só à absorção como tornou-se condição necessária imposta para a sua sobrevivência. Em Leme (WANDERLEY, 1986) encontra produtores familiares de algodão que ingressaram no processo de modernização, reafirmando a caráter familiar de sua produção.

Para isso, foi necessário dispender um esforço adicional no sentido de expandir os meios de produção, que afetou profundamente a organização do trabalho da família, sua natureza, intensidade e ritmo.

A utilização da máquina potencializou o trabalho familiar, permitindo que a família ampliasse sua capacidade e reduzisse a

necessidade de trabalhadores complementares. Com ela redefiniu a relação de trabalho dos diversos membros da família, acentuando a divisão entre os que executavam e os que não trabalhavam na lavoura, dos que executavam e os que gerenciavam a unidade de produção. A especificidade dos espaços de trabalho familiar (operação de máquinas e supervisão dos assalariados contratados) e do trabalho assalariado foi acentuada (WANDERLEY, 1986).

A família produtora de Leme, transformou-se na família trabalhadora que teve como estratégias de produção a formação do patrimônio fundiário próprio, em dimensão compatível com a tecnologia necessária; um capital de certa monta, expresso nos meios de produção; uma forma de trabalho familiar que potencializada pelo capital técnico disponível, reduziu o custo da força de trabalho externa. Diversas estratégias foram montadas pela família, pois, individualmente, não conseguiriam os requisitos acima. Associaram-se, então, pais e filhos, irmãos e descendentes, filhos arrendaram terras dos pais, estabelecendo um tipo de parceria informal.

As associações que se realizaram e que ainda persistem para a execução do trabalho são de 4 tipos: uma onde toda a família trabalha (mulheres e filhos menores); a segunda em que apenas o filho trabalha com o pai; a terceira em que o trabalho é dividido entre pais, filhos, irmãos, tios, sobrinhos, etc., e o quarto caso em que o produtor dirige sozinho o processo de produção, mas divide as tarefas com um parceiro ou trabalhador permanente, pois, encaminhou os filhos para outras atividades no setor

urbano.

A motomecanização da cultura reiterou o caráter familiar da unidade de produção. Apenas na colheita é que se verifica a "fragilidade" dessa unidade familiar. Nessa fase é necessária a contratação de trabalhadores assalariados e esses pequenos patrões não tem condições de assumir a responsabilidade financeira e técnica decorrente dessa contratação, por esse motivo recorrem a adiantamentos na "máquina" (tratamento genérico entre os produtores para se referirem às empresas beneficiadoras do algodão).

A colheita caracteriza-se por tensões advindas da premência de se conseguir trabalhadores de forma regular e, além disso, há uma maior exigência da capacidade e qualidade do trabalho efetuado.

A produção de algodão em Leme tem características da produção agrícola realizada predominantemente sob o regime familiar e por isso, as relações de trabalho que se estabelecem entre os integrantes do grupo produtor seguem as normas das relações familiares, com a lógica das condições particulares das mesmas sobre casamento, nascimento, educação, futuro dos filhos, transmissão do patrimônio, velhice e doença. O grupo produtor é afetado pela possibilidade de acesso à terra, pela quantidade de terra disponível, pela disponibilidade ou não de crédito, pela legislação de acesso aos benefícios da previdência social, pelo número e idade dos filhos, pela habilidade de seus membros e pelas condições de comercialização do produto (WANDERLEY, 1988).

Sob diferentes perspectivas, ao longo do tempo, e a um elevado pouco para alguns, a produção familiar veio de encontro aos interesses de fazendeiros, sitiantees e colonos, dada a capacidade excepcional de adaptação. Aliaram-se às suas características de adaptabilidade, as da cultura propriamente dita, de melhor adequação a pequenas parcelas, a necessidade de cuidados com doenças e pragas da planta; além disso o alto risco da produção que elevaria em muito seu preço não favorecia a produção em grande escala. Assim, muitos indicativos contribuíram para que consolidasse a forma familiar como ideal de produção agrícola desse produto.

As características sociais do seu cultivo, casaram-se perfeitamente com os fins a que se destinava a política agrícola encetada pelo Estado e com os próprios produtores que possuíssem os pre-requisitos para trilhar esse caminho.

Passado o período da política de modernização estes produtores familiares, deparam-se com outro momento onde as circunstâncias econômicas, sociais e políticas não se apresentam tão "favoráveis", restando-lhes continuar lutando dentro dos estreitos limites estabelecidos pelo sistema vigente. Os mais capitalizados aplicam sua produção em áreas dispersas, não contíguas, os menos arrendam suas terras, considerando esta via mais lucrativa, ou ainda, como observado em pesquisa de WANDERLEY (1988), tentam outras culturas como a laranja.

Do exposto, observa-se que a persistência da forma familiar de produção desde longo período, passou por várias transformações

da agricultura mas manteve-se sempre presente. A flexibilidade e capacidade de adaptação associam-se elementos fundamentalmente importantes de carater ideologico, que se constituem em a grande força motivadora no sentido de manter a coesão interna da família, imprescindível na resistência a proletarianização.

CAPITULO V

A MULHER NA SOCIEDADE TRADICIONAL

A predominancia das relações sociais de produção familiares reservou papel altamente significativo às mulheres no que se refere ao desempenho das atividades nos âmbitos da produção e reprodução.

Essa importancia, entretanto, não teve correspondencia no plano da tomada das decisões em qualquer um desses setores. A base dos valores vigentes remontam a ordem patriarcal, tomando da sociedade caipira e do colonato essas referencias.

Entre sitiantes tradicionais paulistas, organizados em bairros rurais, há internamente na familia, separação entre o mundo do homem e da mulher. "A divisáo entre o mundo do homem e o da mulher tende a se refugiar ao nível dos valores, atualizando-se quando as condições o permitir, mas permanecendo, na verdade, como um padrão ideal de conduta. Na prática não é constatado, como seria de se esperar" (FUKUI, 1979)

De fato, a mulher tem posição igual á do homem quanto a herança de bens materiais, desigual em relação a herança do nome da familia, complementar ao nível domestico e subordinada ao nível do grupo de vizinhança. (FUKUI, 1979).

Na vida cotidiana a mulher se ocupa de cozinhar e servir a comida, lavar a roupa, cuidar dos animais, prover a lenha, costurar as roupas, lavar a louça, além de trabalhar na roça, sempre acompanhada da prole que é de seu cuidado. Eventualmente é auxiliada nessas tarefas por uma filha.

No trabalho da roça não há distinção muito nítida de tarefas entre marido e mulher, seja nos instrumentos, no ritmo e na intensidade do trabalho. A divisão de tarefas é feita de acordo com a força física e idade de cada um.

A principal atividade feminina, além do cuidado da casa e da prole, é a transformação dos produtos do sítio para serem vendidos. Ao marido cabe negociar ou trocar os produtos nas vendas, comprar mercadorias e garantir com seu trabalho fora do sítio, o sustento de todo o grupo.

Na ausência do marido a mulher pode contratar camaradas, pagá-los, comandar o trabalho na roça e dispor dos bens do sítio, pode também fazer pequenos negócios dentro da esfera do sítio. Mas os grandes negócios são sempre feitos pelo marido, que sempre ouve a opinião da mulher, da qual espera o acordo. A mulher é um membro colaborador importante na unidade econômica e sua posição é muito mais de complementaridade do que de subordinação.

Sómente na presença de terceiros é que a diferença de posição entre marido e mulher aparece mais nitidamente. É quando a separação entre os sexos é estrita.

Nessa sociedade não há verdadeira autoridade do marido

sobre a mulher e o reconhecimento da importância da mulher é geral, estando relacionado com a situação de trabalho e a necessária complementaridade para a execução das tarefas mais elementares do sítio.

Mas, o fato de trabalhar em igualdade de condições com o homem e ter certa liberdade de ação não significa para ela maior prestígio social. O prestígio é para o sexo masculino. Só os privilégios do homem vão dar a ele certa preponderância sobre a mulher.

As crianças são sempre cuidadas pelas mulheres do grupo doméstico. A mãe é o centro da vida familiar e a autoridade da família. Do ponto de vista das relações a família é matrifocal, onde a mulher assegura a existência e a continuidade da célula familiar, cuidando também dos velhos e dos doentes.

As relações entre mães e filhos são muito estreitas desde a mais tenra idade até o momento da diferenciação das atividades entre menino e menina, permanecendo a menina ao lado da mãe, mais tempo para auxiliar nos trabalhos domésticos. Se não há meninas na família, os meninos são levados também a fazer tais trabalhos.

Quando a família é incompleta a mãe desempenha o papel de chefe da família, assumindo a sua direção e autoridade. Se há o companheiro, mas impossibilitado de trabalhar, desempenha papel secundário. Nesses casos a sobrevivência da família depende mais estruturalmente da ajuda dos filhos.

Dentro da família a mulher desempenha papel de

complementaridade do grupo doméstico em relação ao marido e de dominação em relação aos filhos. Há padrões de comportamento definidos completamente diferentes. A mulher deve sempre manter uma conduta de recato e pudor, nunca deve sair só nas ruas ou até sair acompanhada de uma criança, de outra mulher, ou de pessoa mais velha.

A separação estrita entre os sexos proíbe o namoro e contatos com o sexo oposto; a escolha do cônjuge, preferencialmente deve ser feita dentro do próprio grupo de parentela. A mulher jovem e solteira divide com seus irmãos e pais as tarefas do grupo doméstico. A mulher casada tem mais autonomia. Os homens quando sózinhos contam com o auxílio de uma mulher (mãe, irmã, concubina) ou por uma mulher do grupo da vizinhança.

No NE, também o lugar da mulher em unidades domésticas camponesas é secundário. Desempenhando um papel subordinado, a mulher cabe organizar as tarefas da casa que possibilitem o consumo do grupo familiar. As tarefas da casa não são consideradas trabalho. Sómente entre os moradores da "rua" ou que tem venda, as mulheres tomam conta do estabelecimento comercial (GARCIA JR., 1983)

Existe uma oposição entre casa e roçado¹ que organiza o campo do trabalho e do não trabalho, bem como as esferas específicas de autoridade do homem e da mulher dentro da família.

¹ Roçado é onde se desenvolve a produção agrícola para subsistência ou para venda, ou ambas, ao lado da grande plantação. São de pequeno porte, de ciclo curto e mão de obra familiar.

Socialmente, a atividade do roçado não cabe à mulher por ser área de atividade masculina, mas, frequentemente isso ocorre, pois há tarefas do roçado consideradas próprias das mulheres, por exemplo, colocar sementes na terra. Neste contexto, essa atividade é considerada trabalho pois está localizada no espaço masculino.

Nas tarefas do roçado o plantio é considerado atividade feminina e é complementar à atividade de cavar covas. É a mulher quem deposita as sementes nas covas e as cobre com o pé. As limpas também podem ser realizadas pelas mulheres.

Na "farinhada" raspar a mandioca, tirar a casca, introduzir a mandioca para ser ralada são tarefas próprias das mulheres.

Quanto aos espaços, aqueles ligados ao consumo são femininos. A cozinha é o local da mãe de família. A sala só é ocupada pela mulher na ausência do marido. O cuidado dos animais de criação no terreiro é atribuição feminina.

Verifica-se do exposto que já nesse período há uma certa discrepância entre os valores ideais de conduta feminina que são suplantadas quando a realidade objetiva a exige.

Esses valores, apesar de com frequência serem "burlados", permanecem como ideais de comportamento nessa sociedade.

É na economia tradicional, no regime de colonato e parceria, que o peso da contribuição social da mulher para a produção e reprodução é mais significativo. Ali a função social da socialização dos imaturos é partilhada entre as mulheres que

habitam a mesma casa, ou situam-se na vizinhança. A predominância da família extensa favorece esse sistema. A transformação da família extensa em família nuclear dificulta a troca de tarefas entre as mulheres.

O tempo do trabalho da mulher no colonato depende do ritmo das atividades agrícolas e da medida de horários para as atividades coletivas. A divisão sexual não é rígida, cabendo a alocação de membros da família e a organização do trabalho ao homem (pai, marido) que assume o papel de chefe de família e do trabalho.

O regime do colonato torna invisível o trabalho da mulher e das crianças, pois, este trabalho aparece embutido no trabalho do homem adulto. O trabalho da mulher é um pressuposto do trabalho do homem nos cafeeiros, durante o tempo que for necessário ao cafezal. Dai a mistificação da diferenciação interna das categorias de sexo e idade, presente no seio da unidade familiar. O trabalho da mulher só se define enquanto inserido no trabalho familiar.

Os traços da subordinação feminina da sociedade tradicional, a complementaridade marido/mulher são características que persistiram através dos anos.

Verifica-se, mesmo recentemente, quando a mulher ainda participava da produção do algodão em Leme, que a mistificação da diferenciação interna na unidade familiar entre sexo e idade esteve presente. A sua condição de "igualdade" no trabalho, sem o correspondente poder de decisão o demonstra.

Com a individualização do trabalho na agricultura modernizada, uma parcela das mulheres dirige-se ao mercado de trabalho, onde se assalaria, outra é excluída das funções que tem lugar na economia pública, sendo a elas atribuídas unicamente as tarefas domésticas. As mulheres de Leme se incluem no segundo grupo.

Entre as algodoceiras de Leme a importância efetiva do seu trabalho não foi acompanhada de poder de decisão, nem alterou a sua condição de submissão ao homem. Essa condição de subordinação permaneceu inalterada, apesar da família avançar no sentido de sua participação no processo de acumulação geral. O avanço não rompeu com os padrões tradicionais de submissão.

Para outras mulheres que se assalariam e ingressam no mercado de trabalho esse rompimento se dá podendo levar ao rompimento do casamento e tornando-as "chefes de família" (OLIVEIRA, 1981).

A liberação da mulher, portanto, parece estar relacionada ao estabelecimento de uma identidade que só é possível ao ingressar no mercado de trabalho, ao mesmo tempo que deixa de depender economicamente do marido.

Entre os cotonicultores de Leme, a medida em que se verifica uma individualização e o rompimento da família enquanto unidade de produção, a mulher perde espaço na economia tradicional, sem que este espaço seja preenchido por novos papéis no meio urbano, conservando a sua dependência econômica em relação ao marido. Na sociedade tradicional essa

dependencia tambem existia, mas era reciproca entre homem e mulher.

CAPITULO VI

A MULHER NA PRODUÇÃO FAMILIAR DO ALGODÃO EM LEME

Este capítulo trata de tres momentos da mulher na produção familiar do algodão em Leme. O primeiro em que no campo, sua contribuição é essencial para a formação do patrimonio fundiário e que coincide com o da formação da familia. O segundo em que, estabelecidos como proprietários, ingressam no processo de modernização agricola. Nesse momento também, a mulher afasta-se do processo produtivo e vai morar na cidade, a familia inicia novas estrategias de reprodução. O terceiro momento é o que, tendo patrimonio formado que permite a reprodução pelo menos de parte da familia, estabelecidos projetos para aqueles que não permanecerão no estabelecimento agricola, fica a mulher carente de um projeto proprio que preencha o vazio deixado pela supressão de sua atuação anterior.

1. O TRABALHO NA LAVOURA E A PRIMEIRA PROPRIEDADE

Este item do trabalho analisa o periodo inicial da familia, focalizando o trabalho na lavoura e a constituição da

primeira propriedade dos produtores familiares, procurando destacar a importância da atuação da mulher nesse período.

Caracterizado pela não motomecanização da lavoura, esse período coincidiu com o início da formação da família quando o peso da contribuição da mulher para a produção e reprodução foi significativo, sem o qual, dificilmente conseguiriam se estabelecer como produtores de algodão. E nesse momento em que o mercado de consumo não é tão desenvolvido ou mesmo a integração ao dito mercado ainda é incipiente que a mulher, além do trabalho da roça, cuida dos filhos, da casa e produz quase todo o necessário à família, principalmente no que se refere a alimentação e vestuário.

A constituição da propriedade entre esses produtores se deu através de processo que envolveu inúmeras estratégias familiares, montadas em virtude das pequenas dimensões de áreas que não resistem às partilhas por herança, resultando, muitas vezes, em movimento de compra e venda de partes entre os herdeiros.

No grupo pesquisado, verificamos quatro tipos de estratégias básicas utilizadas para conseguir a primeira propriedade:

- a) herança dos sogros;
- b) herança dos pais;
- c) "receita" obtida pela venda da própria força de trabalho a terceiros e
- d) "economias" conseguidas com o trabalho de marido e mulher na

propriedade dos sogros.

Entre as mulheres, poucas receberam ao se casar, pequena parcela de terra que veio a se constituir a primeira propriedade da família. Em maior número foram os homens que as receberam, mas, mesmo sem ser herdeiras de propriedade, todas estiveram ligadas ao trabalho da lavoura, filhas que eram de imigrantes italianos que habitaram a região.

A organização familiar aqui, representa importante fator, tanto para a constituição do patrimônio fundiário, como para a viabilização da produção, verificando-se, neste caso, estratégias internas de distribuição de tarefas entre homens e mulheres.

O modelo de "administração familiar" vigente tem suas bases no colonato. O chefe da família, o pai, ou o filho mais velho, aglutina o grupo, administra e distribui as tarefas que serão executadas conforme a condição física de cada elemento.

Teoricamente, há na lavoura a separação entre atividades femininas e masculinas, sendo de consenso que o trabalho mais pesado cabe ao homem e à mulher, o mais leve.

Na prática, entretanto, os espaços de cada sexo se interseccionam diante das necessidades imediatas, verificando-se a simbiose entre masculino/feminino tanto maior quanto mais grave for a situação de "precisão" da família.

Combinando o trabalho doméstico e o trabalho agrícola de forma constante, intensa e diversificada, a mulher participava na

lavoura da capinação, raleação, colheita ou qualquer outra atividade que se apresentasse, mesmo aquelas em geral feitas pelos homens, tais como: adubação, utilização de ferramenta, aração com burro ou cavalo e até aplicação de veneno. No terreiro secava, malhava e ensacava algodão, café e feijão. Participava da plantação para a subsistência de arroz, feijão e cuidavam de pequena criação.

"A mulher trabalhava desde cedo até as 5 horas e ia para a casa fazer a janta. As crianças ficavam na sombra, pequenininhos, debaixo do guarda chuva, perto dela, onde ela estava trabalhando sozinha, porque eu tava passando fertilizante. Naquele tempo não usava veneno e no dia que usava não podia levar as crianças" (depoimento de um produtor, sobre a mulher, extraído de WANDERLEY, 1988).

Apesar de haver uma "igualdade" entre homem e mulher no trabalho da lavoura, esta nunca foi acompanhada de correspondente poder de decisão sobre os destinos da plantação.

As decisões são atribuições masculinas embora em alguns casos tenhamos constatado que a mulher participou em algum nível das decisões sobre a plantação. Tal como na economia tradicional a autoridade do chefe da família não é questionada, nem pela mulher, nem pelos filhos, existindo uma coesão, obtida através da submissão incorporada e aceita e, sobretudo, necessária para a unidade familiar e para a eficácia do trabalho coletivo. Em raras ocasiões as mulheres substituíram o homem na administração da propriedade: "substituir ele na plantação, não,

no serviço sim, mas na administração, não...vê lá se mulher fazia isso...hoje faz, né?...hoje, as mulher faz...mas antigamente não...antigamente mulher era prá trabalhar so e ficá bem quietinha".

Mesmo tendo participado intensamente do trabalho da lavoura "ombro e ombro" com o homem, no período inicial, e apesar de eventualmente opinar a respeito dos destinos da plantação é marcante o papel complementar desempenhado por elas nesses assuntos. Constatou-se que a mulher refere-se ao seu trabalho nesse período como "ajuda", definindo-se como "mulher de agricultor" e não "agricultora", evidenciando a posição de poder secundária que ocupa no estabelecimento. Há casos mesmo em que a mulher fica inteiramente a parte das decisões, onde o homem não leva em conta sua opinião, como revela este depoimento: "só ele, ... eu apenas trabalhava...ele nunca acatava (minhas sugestões), ele gostava de fazer sozinho...e a opinião era dele".

Depreende-se do exposto o mesmo caráter complementar e acessório do trabalho da mulher mencionado em outras pesquisas, trabalho esse que não é devidamente valorizado, muito embora para a execução das tarefas seja ela considerada indivíduo tanto quanto qualquer outro homem.

Assim é consenso entre homens e mulheres que os assuntos da plantação são do homem e os da casa da mulher, embora ela participe, sempre que necessário, dos assuntos masculinos e aqueles dos femininos so em casos muito extremos.

Esse primeiro período foi marcado pela participação ativa e

constante da mulher na produção do algodão entretanto para o público essa participação foi minimizada como "ajuda" pois o espaço de trabalho é predominantemente masculino. Essa colocação do público e do privado se assemelha à da sociedade tradicional onde o público é exclusividade masculina e o privado feminina.

Conforme mencionado em capítulo anterior, a modernização agrícola atinge de forma diferenciada os diversos segmentos sociais. As transformações que se processam na agricultura criaram oportunidades de trabalho agrícola para mulheres fora da produção familiar, para onde se dirigiram aquelas que no processo de diferenciação, perderam o acesso à propriedade ou aquelas que com a modernização da cultura foram marginalizadas pela substituição da máquina e dos insumos assim como pelas alterações do processo de trabalho e das relações sociais.

A constituição de um mercado de trabalho feminino e masculino na agricultura é fundamental para os novos tempos da agricultura modernizada, pois esse contingente de mão-de-obra do campo que se transfere para a cidade vai suprir as necessidades crescentes de trabalhadores eventuais que acompanham o aumento da produção. Esse contingente disponível por sua vez também favoreceu a produção familiar que não daria conta da colheita apenas com a mão de obra familiar.

Analisando a idade dos tratores possuídos pelos produtores familiares de Leme, WANDERLEY & LOURENÇO (1990) observaram que o processo de modernização começou efetivamente no final dos anos 60 prolongando-se até hoje. De fato, depreendemos dos depoimentos

que a partir dessa década intensificou-se o processo de modernização que é mantido forçosamente para que os produtores continuem integrados ao sistema.

A tecnificação da cultura provocou segundo WANDERLEY (1988) uma triplice consequência sobre o trabalho dos diversos membros da família, acentuando a divisão entre os que trabalham e os que não trabalham; redefiniu a divisão do trabalho entre a execução e a gestão da unidade e acentuou a especificidade dos espaços de trabalho familiar e do trabalho assalariado. Essas consequências se verificam de fato, aliando-se à tecnologia as demais estratégias da própria família, de mudança para a cidade, o estudo dos filhos e o afastamento da mulher do processo produtivo.

Assim ficam na plantação o chefe da família e o filho mais velho ou os filhos que permanecem no trabalho da unidade familiar, a mulher (mãe) se afasta da lavoura permanecendo apenas dona de casa, as filhas se engajam nos serviços urbanos assim como os irmãos menores.

Todas essas mudanças, são vistas positivamente pelos produtores como observado por WANDERLEY & LOURENÇO (1990): "La modernisation de l'exploitation semble avoir constitué une stratégie délibérée des agriculteurs. Nous constatons à cet regard que les actuels exploitants n'hésitent pas à évaluer positivement les progrès qu'ils ont accompli par rapport à leurs prédécesseurs". Da mesma forma as mulheres entrevistadas valorizam essas transformações tecnológicas como pode se

depreender do depoimento a seguir: "a daí ajudou sim...porque daí a gente já tinha trator...já os homens fazia quase tudo sozinho do que...quase num precisava tanto da gente..."

Por outro lado, a experiência internacional mostra que a mecanização da lavoura forçou para baixo "a participação das mulheres na PEA ate mesmo no interior das 'family farmers' (caso americano e frances), onde se observa redução absoluta e relativa do número de mulheres ativas ou seu deslocamento para outras atividades" (LAVINAS, 1987). A tecnologia adotada no algodão afeta profundamente a organização social do trabalho familiar, alterando sua natureza. A introdução da máquina ou da técnica pode dispensar a participação da mulher em algumas atividades.

O afastamento da mulher da lavoura constatado na pesquisa foi também observado por outros autores. Para LAVINAS (1988) o modelo familiar estrutura-se hoje, teóricamente sobre o trabalho do produtor (50%) e de um empregado assalariado (50%) do sexo masculino, as mulheres já não estão contempladas neste modelo. WANDERLEY & LOURENÇO (1990) afirmam que "...la participation des femmes aux activites productives est insignificante. Comme nous l'avons déjà vu, la mecanisations de la culture du cotton et l'emploi des impute chimiques ont reduit l'importance des activites manuelles. En consequence, le travail des femmes - qui etait,, particulierement, un travail manuel - a ete pratiquement eliminee, sinon, sensiblement reduit"

Entre os produtores familiares do algodão em Leme WANDERLEY

(1986)encontrara a mesma divisão clássica entre chefe e os auxiliares verificada nas explorações familiares agrícolas da França e de outras regiões do Brasil. Nessa, o chefe do estabelecimento é ao mesmo tempo o chefe da família e os auxiliares são a mulher e os filhos que trabalham na plantação. As mulheres e os filhos trabalham na exploração como ajudantes familiares tendo um estatuto de ajuda familiar e enquanto tais tem direito a certos benefícios sociais.

Essa divisão clássica se aplica ao grupo pesquisado por nos no período que antecede a motomecanização, quando a maior parte da família se acha engajada no processo produtivo. Hoje, como consequência da tecnificação, são os homens que efetuam parte essencial do trabalho da lavoura. Em mais da metade das explorações os filhos participam das atividades produtivas. Chefes de família e filhos se ocupam especialmente das tarefas mecanizadas, da gestão da exploração que são atividades predominantemente masculinas. (WANDERLEY & LOURENÇO, 1990). Vem de encontro a esta afirmação depoimentos de nossas entrevistadas onde reconhecem que a participação feminina na agricultura diminuiu: "participa menos porque tem trator, tem máquina..."

As máquinas permitem a família estender sua área de trabalho recorrendo a trabalhadores assalariados, principalmente na colheita. Ao alterar o tempo necessário a realização das tarefas, várias atividades são acopladas em uma só operação verificando-se uma significativa melhora na qualidade dos serviços executados. (WANDERLEY, 1988).

Com o uso do trator as atividades podem ser prorrogadas à noite e antecipadas de dia, e, certas tarefas são eliminadas como a releação, por exemplo, uma das operações mais cansativas e penosas da qual a mulher participava.

Ao reduzir a demanda do trabalho familiar, a mecanização favorece particularmente as mulheres. "É nesse momento que boa parte das mulheres deixam de trabalhar no campo, para se dedicarem aos afazeres domésticos e aos cuidados com os filhos" (WANDERLEY, 1988). O afastamento da mulher na produção está também aliado à estratégia familiar de morar na cidade na busca de uma profissionalização para os filhos que não terão a oportunidade de se reproduzir enquanto produtor familiar, conforme mencionado por WANDERLEY & LOURENÇO (1990) e constatado pelos depoimentos colhidos.

As mulheres admitem em suas declarações que a participação feminina diminuiu: "participa menos porque tem trator, tem máquina e também esse negócio dos filhos estudá as pessoas tiveram que se mudarem dos sítios...pros filhos estudá, então as mulheres se desligaram bastante da produção". Para as mulheres entrevistadas a mecanização foi bastante positiva pois ao aumentar a produção e a produtividade, com os bons resultados da lavoura tornou possível a aquisição da casa no meio urbano, o que por sua vez, vai viabilizar uma das estratégias familiares que é educar os filhos.

O trator e os insumos mudou completamente o panorama da plantação do algodão, conforme explicam estes depoimentos:

"facilita o trabalho deles (homens), sem trator morreria tudo agora, quem planta pouco, voce vê não dá nada, tem gente que nem plantou esse ano, as coisas tudo caro...voce pensa que tinha esse algodão, não tinha...era mirradinho..."

"sei que melhorô muito pra prantã...porque trabalha mais de acordo, faz o serviço tudo em cima da hora...a gente tudo na mão...na mão era mais difícil...melhorou..."

Hoje planta-se o dobro do algodão que se plantava, dadas as vantagens da produção comercial da cultura, alguns produtores deixaram de produzir para a subsistência para ocupar essa área com algodão, alegando que não compensar deixar a área para pequenas culturas.

A mecanização cria também a oportunidade de ampliar a área de produção, sem necessariamente, contratar mão-de-obra permanente.

Com a mecanização da cultura o caráter familiar da unidade de produção é reiterado, todavia a colheita permanexce uma atividade fundamentalmente manual, aparecendo como um momento mais difícil para a família produtora, por ser esta insuficiente, é obrigada a recorrer a contratação de trabalhadores assalariados. (WANDERLEY, 1988).

Nossas entrevistadas são unânimes em afirmar que a colheita hoje emprega mais mulher que homem e que a participação da mulher na agricultura só aumentou na fase da colheita:"antes era bastante, agora que nem hoje, a maior parte das mulhê na produção é na colheita...é na colheita porque a mulhê num

participa em nada, o homem sozinho planta com trator, faz tudo, né? ...só na colheita que daí a mulher participa bastante, porque daí pode ir bastante gente que colhe... "

E na colheita que se encontra, atualmente, a maior parte da mão de obra feminina, atualmente e os produtores de Leme, mesmo os maiores e mais equipados preferem contratar trabalhadoras assalariadas mas em bases de relações mais informais e pessoais de pessoas conhecidas. (WANDERLEY, 1988) e as vantagens que a mulher apresenta para esse trabalho pode ser apreendida de depoimento de um produtor em pesquisa da referida autora que afirma contratar "mais mulher do que homem, porque as mulheres são donas de casa, fazem o serviço melhor, certo? São mais obedientes e também muita mulher não gosta de monta num caminhão grande e ir longe, no meio do aperto duma turma desconhecida. Mulher também cata a mesma coisa que o homem. Mas mesmo que elas catem a menos, eu prefiro. Posso até pagar um pouquinho mais porque depois não tem desconto na máquina." A proximidade entre a cidade e o campo em Leme favorece esse tipo de contratação que dispensa a intermediação da figura do "turmeiro".

Em outras unidades o "turmeiro", figura que surge no processo de substituição do sistema de colonato pelo do assalariado eventual em São Paulo, servem de mediadores entre proprietários e trabalhadores. Estes também tem preferência em trabalhar com mulheres, dada a eficiência e eficácia do trabalho, a facilidade de mando e até a possibilidade de descontar maior

comissão do ordenado delas que dos homens. O melhor desempenho das mulheres segundo STOLCKE (1986) pode estar relacionado aos valores sociais que definem os papéis sexuais na sociedade.

As mulheres da família em alguns casos participam da colheita de subsistência do milho, feijão ou arroz; da cultura comercial do algodão participam eventualmente mas só na fiscalização do trabalho. A participação da mulher na colheita do algodão é vista pelas entrevistadas como uma situação de inferioridade, como falta de alternativa: "vai mesmo aquelas que estão necessitadas". Isto sugere que o afastamento da mulher da produção significou uma mudança de "status", embora não garanta, necessariamente, a sua satisfação pessoal hoje.

Durante as entrevistas, pôde-se observar que o período mais duro para essas mulheres, aquele que antecedeu à mecanização, foi o que lhe trouxe maior realização. A predominância de ter a família extensa a mesma habitação ou próxima, facilitava as relações inter-pessoais e mesmo sociais e as trocas afetivas, compensado desta forma a intensidade e rudeza do trabalho executado. Hoje, embora dispondo de maiores facilidades para adquirir os bens necessários a satisfação de suas necessidades, que resultam em maior conforto, não demonstram o mesmo entusiasmo ao relatar seu cotidiano, ao contrário, denotam ter havido uma perda. Algumas mulheres apontam a grande mudança ocorrida nas relações sociais e inter-pessoais nesse período.

Do exposto observa-se que o período foi marcado pela ascensão social via propriedade e que através da mecanização a

unidade familiar constituída ingressa no processo de modernização agrícola.

2. A IMPORTÂNCIA DO MEIO URBANO

Este item analisa o momento em que, integrados à agricultura modernizada a família inicia novas estratégias de reprodução. De 71 a 85 ocorre na região, um movimento generalizado dos produtores para a cidade em busca de educação e oportunidade de emprego para os filhos. Mas, já, além da busca de profissionalização dos filhos a mudança para a cidade pode ser um resultado da intensificação do processo de urbanização mais que alteração brusca do modo de vida (WANDERLEY, 1988).

De fato, constatamos que a mudança para a cidade é um processo gradativo que se inicia com a aquisição do imóvel urbano e se dá de forma cautelosa como se depreende de depoimento de uma das nossas entrevistadas: "todo mundo começou vir, as crianças começaram a estudar... faleceu a minha sogra e começou a mudar, meu sogro já veio e viemos atrás dele. Nós morávamos todos assim numa colônia. A "colônia" aqui mencionada é claro o indício da presença da família extensa que predomina no meio rural e que no meio urbano se nucleariza.

A cautela se justifica pela insegurança inicial desse grupo com relação ao novo espaço: "compramos essa casa e viemos meio com medo, aos poucos trouxemos uma geladeira, nem teve mudança... falar pra você... pegamos um caminhão e tocamos a mudança em cima, não... veio aos poucos... de fim de semana. O meu filho com 16 anos já namorava... então ele gostava de vir nos fins de semana, tentava trazer a gente também pra fazer a comida,

começamos vir assim".

Além disso, esse momento mais ou menos geral, combinou-se ao momento de maturação familiar em que os filhos substituem a força de trabalho da mãe e quando o estágio de desenvolvimento do estabelecimento é tal que permite a mulher ser poupada desse trabalho mais pesado. "eu cansei de trabalhar, via que já estava muito esgotada, tinha esse lote aqui, falei pro meu marido, vamos fazer uma casa, falei pros meus filhos: o pai e a mãe vai pra cidade descansar, só que a gente não ia descansar... continuou trabalhando e mudou a vida pra melhor, a gente trabalha, mais já não é aquele serviço da roça".

A mudança para a cidade tem diversos significados e repercussões entre esses produtores, mas qualquer que seja a justificativa apresentada, um pré-requisito se coloca a detenção da propriedade de um imóvel urbano obtido com recursos advindos da produção modernizada do algodão, salvo raras exceções.

A cidade faz parte da estratégia de manutenção e reprodução do estabelecimento, representa uma alternativa para os filhos menores (homens) que devido a falta de terras não podem se instalar como produtores familiares mas poderão adquirir na cidade uma profissão que, na preferência dos pais os reconduza à exploração agrícola. (WANDERLEY & LOURENÇO 1990).

A falta de terra impossibilitando a reprodução de todos os membros da família produtora e a busca de outras atividades também induzem à mudança para a cidade. "meu filho estava estudando... a terra era poca pra trabalhá, todo mundo lá... se

ficasse todo mundo lá não dava prá vive... então como eles estudaram, então eles já foram arrumando seus servicinhos aqui... por isso que a gente mudou... se ficava lá não dava prá vivê, porque a terra era poca prá vivê, por exemplo, meu cunhado tem dois filhos, também, então já era quatro pessoas... eu mais dois, seria mais quatro, são doze pessoas e tinha sogra e meu sogro prá vivê tudo essa gente naquele pedacinho de terra num tinha condição, num dava pra vivê... então cada um teve que depois i deixa só pos casal tocar e os filhos, se colocar noutro serviço, né? foi o que nois fizemo..."

Dentro da moralidade familiar, proporcionar ao filho mais velho a possibilidade de substituir o pai no estabelecimento, requer uma compensação aos demais, que se concretiza através de uma formação profissional que só é factível no meio urbano. Além de oferecer melhores condições de vida a todos os membros da família, a cidade representa a possibilidade de realização de projetos mais ambiciosos para a família como um todo.

Para esses produtores o meio urbano significa sua ascensão social, na medida em que aí obtem significativa melhora no padrão de vida, assim como é possível o acesso a um conjunto de bens e serviços, atividades e formas de convivência de caráter urbano (WANDERLEY, 1988).

Para a maior parte das nossas pesquisadas, significa o afastamento da produção e a conseqüente mudança de "status".

Na cidade a mulher que anteriormente trabalhava na lavoura adquire pequena autonomia.

A suspensão do seu trabalho na roça diminui a carga de trabalho sob sua responsabilidade, incluindo-se as tarefas que executava no "terreiro". Mas, todas as mulheres que moram hoje na cidade deixaram de trabalhar na lavoura. Para as que continuam participando da produção, morar na cidade é pouco prático e em termos de tempo, dispendioso, mesmo considerando-se a proximidade que existe na região de Leme entre o sítio e o centro urbano.

Do depoimento abaixo, de uma mulher dentre as que pesquisamos, que ainda hoje trabalha na lavoura, pode-se captar um caso de não integração ao meio urbano.

"morar na cidade mudou a vida pra pior, né?... eu era bem mais sossegada no sítio do que aqui... eu gosto, sabe... depois pra nós no sítio é outra coisa, porque o serviço da gente é lá... a gente vem aqui só pra dormi, né?... a gente vai cedo e vem de tarde... pra que vale a cidade pra gente?... pra nada, só pra... é correria, a gente tando lá é tudo mais fáce... já tá lá, né?... chega de manhã cedo já tá lá, além de você economiza gasolina, né?... é bem mais tranquilo".

No meio urbano a mulher (mãe de família) ganha mais tempo para si, uma vez que o trabalho de cuidar da casa é reduzido. Referindo-se ao trabalho doméstico afirma uma entrevistada: "na cidade é mais limpo, mais fácil". Além disso, o momento em que vai morar na cidade coincide com uma fase da família em que os filhos já estão adultos e alguns deixam a casa paterna para construir suas próprias famílias.

Deixar de trabalhar na roça tem conotações de ascensão

social de longa data. Conforme QUEIROZ (1973.a), referindo-se aos produtores do bairro do Taquari, município de Leme, tradicionalmente as mulheres de proprietários rurais raramente trabalhavam na roça e quando o faziam era em geral na época da colheita. Já as mulheres dos meeiros, iam para a roça com mais frequência. Daí depreender-se que a presença da mulher na produção depende do nível sócio-econômico alcançado pela família.

Para os filhos menores que não se engajam na plantação a cidade possibilita combinar trabalho e escola. Para as filhas mulheres a cidade oferece além da oportunidade de profissionalização e emprego, facilitando inclusive o convívio social com vistas ao casamento. Por outro lado conforme apontado por (WANDERLEY E LOURENÇO 1990) afastam-na do comando da exploração familiar.

De maneira geral, o meio urbano significa a possibilidade de reprodução da família independentemente da reprodução do estabelecimento agrícola.

Para esses produtores que, conforme já mencionado, viviam organizados em bairros rurais, a vinda para a cidade promove grande alteração nas suas relações sociais.

Na antiga organização social havia a predominância de relações de parentesco e vizinhança com marcante reciprocidade. O controle social aí era exercido de maneira espontânea e informal.

A homogeneidade do gênero de vida exprimindo-se na semelhança do traje, no padrão residencial; as diferenças notadas que estavam muito mais ligadas ao hábito e a tradição do que a

situação econômica da família, que era predominantemente conjugal, na cidade desapareceram.

A família extensa cede lugar a família nuclear e diminuem os contatos entre parentes e vizinhos. Os padrões de vida se alteram à medida em que, na cidade a família se integra ao mercado de consumo, integração essa maior ou menor em função do poder aquisitivo da família.

Nesse novo espaço também ocorrem alterações nas relações internas da família. "Há menos tempo para conversar" como argumenta uma entrevistada. Os contatos entre os componentes da família sofrem alterações: "os homens saem cedo, voltam só a noite". As filhas trabalham na cidade e a mãe da família hoje raramente vai ao sítio e seus contatos sociais, anteriormente calcados na organização da produção e do trabalho acaba por se limitar neste novo contexto.

O depoimento que transcrevemos abaixo dá uma idéia das mudanças ocorridas nas relações inter-pessoais com a vida na cidade:

"eu acho que mudou um pouco sim... sei lá, se a criação de hoje... a gente vê que os filho de hoje num dialoga muito ca gente, né?... é muito assim, liberal... eu acho isso, num sei... saem cedo e vorta de noirte, chega em casa janta e vai embora, sai pra cidade... sia pro centro, né?... vai passeá, então eu acho que nessa parte mudou um pouco... a gente num chega nem quase convivê com os filho, já no sítio não... se tiviesse sítio, já tinha mais assim, já tá aqui... a lavoura já é ali... se tivé

perto, né?... depois já vem em casa, talvez não tenha onde ir, fica em casa, mas na cidade não, na cidade sai, vai embora né?... é assim que vai distanciando a família".

A transformação das relações internas da família implica num distanciamento objetivo na medida em que os locais que cada membro agora ocupa a maior parte do tempo, são diferentes. Os homens responsáveis pela unidade de produção (pai e filho mais velho) estão no sítio. A mãe e os demais filhos estão na cidade. Os filhos mais novos se assalariam nos serviços urbanos e tem como referência o "centro" da cidade para o trabalho e atividades sociais que lhes tomam a maior parte do tempo.

A coesão familiar enfraquece consideravelmente conforme se depreende do depoimento de uma de nossas entrevistadas: "a gente no sítio era mais unido, mas aqui... lá os meninos até os 18 anos ficava no ombro da gente, hoje... meu caçula está com 27 anos, não se vê ele, mudou mesmo".

A despeito do conforto material apontado por todas, depreende-se dos depoimentos a idealização do período anterior de suas vidas. Tendo abandonado completamente o trabalho da lavoura, referem-se a esse período com emoção, mencionando o campo como o que oferece "vida mais saudável, beleza, riqueza, sossego, liberdade de vestir e se portar", indicando em contra-partida que a sujeição aos padrões de consumo a que estão submetidas na cidade, resulta em dependência e insegurança em relação a sociedade mais ampla.

Ao entusiasmo com que se referem à vida que tiveram no

campo se contrapõe um certo desencanto ao referir-se aos dias atuais. Essa aparente oposição permite afirmar que a ausência das relações afetivas contidas no parentesco e na vizinhança, características da organização social anterior dos bairros rurais não encontram correspondentes no meio urbano.

Verifica-se agora perspectivas e preocupações diferentes entre os membros da família que assimilaram os valores urbanos, também de forma diferenciada. O marido e um ou mais filhos que estejam envolvidos no estabelecimento estão voltados para os problemas da produção: terra, capital, trabalho e sobretudo com o mercado. Os mais novos distanciam-se envolvidos com a sociedade urbana. A mãe isolada no domicílio, sem um projeto, idealiza o período melhor de sua vida, o anterior, que ao mesmo tempo foi o mais arduo.

Contraditoriamente, apreende-se nos depoimentos representações positivas sobre a cidade, o que nos leva a afirmar que as mulheres foram para o meio urbano mas não incorporam as práticas desse meio.

3. A MULHER E A TERRA

Na produção familiar de Leme as chances da mulher de ter acesso à terra são menores devido as formas vigentes de reprodução do estabelecimento e da família, a nível interno além das razões mais amplas relacionadas com a inserção da produção familiar no modelo econômico brasileiro.

De fato, a exclusão das mulheres ao acesso à terra é maior. Hoje é comum ao filho mais velho assumir o trabalho no estabelecimento agrícola e para compensar a sua dedicação intensa, estabelecer-se um sistema de formação do patrimônio em seu próprio nome, mesmo durante o período em que trabalha com o pai. Dentro da unidade familiar a possibilidade do homem reproduzir-se como produtor familiar é maior que da mulher que, em geral, acaba tendo sua parte "negociada", o que resulta na não propriedade.

Das mulheres entrevistadas, poucas receberam heranças e a predominância masculina sobre o patrimônio fundiário é realidade bastante antiga, conforme se depreende do depoimento em que se constata uma real discriminação da mulher: "nós somos em seis irmãos... eu sou a única mulher... a que recebeu menor fui eu... por ser mulher... os meus irmãos, eles herdaram mais... esses italianos você já viu, né?... eu falo que recompensa só Deus que dá, porque aqui na terra ninguém dá não... por eles falam assim, que filha mulher, casou já sai da família, sabe?... por isso que houve muita briga, então eles falam que casou, já... como se

diz... assina o nome do marido, não é?... então já não é mais filha, só que sobrou a herança pra mim cuidar do meu pai, né? isso eu tive a mais que meus irmãos... eu fiquei (magoada) porque assim... ajudei a cuidar do meu avô, ficou quatro meses na cama, eu era solteira, a gente morava no sítio... herdei uma herança pra cuidar do velho... depois meu irmão, ficou doente dois anos, assim a gente ia lá ajudar a cuidar. Minha mãe ficou doente, gente ia lá... depois minha mãe morreu eu herdei meu pai, nove anos pra cuidar dele bebendo, xingando, amaldiçoando. Os irmãos que não agradecia o que a gente fazia. Eu herdei mais uma herança de cuidar do meu pai, mas eu falo que Deus é prepotência porque... seis filhos, um morreu, ficou cinco..."

Deste depoimento depreende-se a vigência do sistema antigo de partilha de herança entre filhos e filhas de origem em tradições italianas existentes na região, também detectado por QUEIROZ (1973.a). Nesse sistema a filha recebia ao se casar um dote em dinheiro ou em bens móveis, não tendo direito a receber terra, a terra era herdada pelos filhos somente. Todavia, esse sistema começou a causar desentendimentos na família, passando as mulheres a reclamar também dotes em terras.

Neste outro depoimento, verifica-se não discriminação de genero, mas uma desigualdade entre irmãos: "na época que eu recebi foi só duas que recebeu, foi uma transação entre os irmãos, os irmãos comprou a parte da gente... tem mais menina que não recebeu, né? só duas que eu, no caso, que não tinha propriedade é outra que tava pagando uma casa que precisava de

dinheiro, então nos duas vendemos uma parte pro meu irmão... eu foi na base de troca de terra... ele ficou com a minha lá e eu fiquei com a parte deles que era um eítio. E eles deram a minha parte, dois e meio, e depois venderam o resto pra mim, pra ficar com o sítio todo". As que não receberam terra "não foram compensadas por isso que há briga... porque era usufruto e depois meu assinou pra desvincular cinco alqueires... então dois pra mim, dois pra outra e os outros continuaram nos usufruto até que eles (pais) faleceram, né? então depois aí que foi recebido... então essa briga que eles não foram compensados... nós fomos primeiro, duas né?... e o resto... receberam a terra mas os fruto não, que nós desfrutamos antes... esses sete, oito anos antes eu e a outra, os outros não.

Dadas estas experiências, as mulheres de leme pretendem fazer uma partilha igualitária com o objetivo de evitar esses problemas, mas na prática a possibilidade dos homens receberem a terra é maior, haja vista que na maioria dos casos é o filho quem substitui a mãe na lavoura, posteriormente substitui o próprio pai, tornando-se então o chefe do estabelecimento. Em nenhum dos casos estudados a propriedade foi assumida por uma filha.

Em seus depoimentos as mulheres demonstram estar mais fortemente ligadas à terra que os homens. Reagem contrariamente à possibilidade de vendê-la para adquirir outra ou mesmo transforma-la. Apesar de poucas acreditarem na possibilidade de aumentar o tamanho da propriedade atual, se tivessem economias, afirmaram que aplicariam na aquisição de mais terras. Isto nos

induz a afirmar de que hoje mesmo estando já algum tempo no meio urbano, conservam o resquício do meio rural de extrema valorização da terra.

As limitações de área, entretanto, tem obrigado aqueles que puderam se expandir, a recorrer ao arrendamento de outras áreas para plantio levando-os a afirmar que ser proprietário não é hoje condição necessária para ser agricultor.

Apesar das dificuldades, ser agricultor hoje é um modo de vida muito valorizado entre essas mulheres, que além da ligação que ainda possuem com a terra não vislumbram outras alternativas conforme depreende-se dos seus depoimentos:

"nois temo que conversá porque vai sai da agricultura, fazê o que? então tem que ficá... é uma roda que não pode virá pra trais, precisa virá pra frente só... mais que tá difíce, tá...".

"a gente num tem otro"

"ser agricultor hoje tá muito difíce, né?... de continuá labutando ali, porque... as coisa que a gente pranta no sítio num tem mais valor, vai ter valor quando tá no mercado... então por isso que as pessoa tá desanimando da agricultura, tá largando tudo, tem gente que tá fazendo pasto de terras boas, num tá prantando porque nois ainda pranta lá porque nossa terra é poca, então aquele poquinho tá bom e os filho tão trabalhando agora... quem depende daquilo ali tem que mudá de vida porque na agricultura num tem mais condição, porque, por exemplo, o feijão ali no mercado cê vai pagá 80, 90 o quilo, mais quando cê colhe ele, eles num pago nem 20, 30 pra comprá docê... mais só que esse

feijão já fico muito mais de 20, 20. Pro cê prantá ele, entre adubo e a semente e o trabalho co cê tève pa... até ocê colhê, então aí é que tá a coisa de... num é tanto a terra, tanto quanto dá valor pa pegá o produto seu lá prá num encarecê tanto ali... pegá mais ou meno que ganha as duae parte igual... mas é uma parte só que ganha... num é assim... num sei se entende... mais aí é que tá... eu sô meia burra, sim, mais a gente vive assim... a gente já sabe como é que é... ôooo... num é verdade?"

Aqui também pode se captar que do ponto de vista prático, a mulher tem clara noção do funcionamento da produção e sua inserção no mercado.

Quando pensam em mudança não pensam deixar de ser agricultor mas sim mudar a cultura.

"tá difíce, né?... deve mudá porque num tá dando... principalmente na lavoura do algodão, né?... se fosse um outro... outro... pode ser que tinha outras prantação que dê, mais o algodão num tá dando, não...".

Abandonar esse modo de vida se coloca mais como opção para a nova geração

4. PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

A vida social em Leme está intimamente ligada a vida religiosa, ou melhor, quase se restringe a esta última. Tradicionalmente as festas religiosas na região constituem-se a atividade recreativa por excelência, funcionando como pretexto para que seus habitantes se encontrem regularmente. Este fato foi constatado em pesquisa realizada por QUEIROZ (1973.a) no bairro rural do Taquari, na década de 60.

Em nossa pesquisa, constatamos que a participação social das mulheres de Leme ainda hoje está ligada às práticas religiosas da cidade. Através delas desenvolvem inúmeras atividades sociais que lhes permitem entrar em contacto com a comunidade saindo do isolamento doméstico. Algumas mulheres entrevistadas declararam possuir na comunidade, responsabilidades relativas a práticas periódicas da "guarda da santa", "ordem terceira", "pastoral da saúde", "apostolado da oração", "novena" e festas preparativas da época do Natal.

As festas religiosas dos santos padroeiros, Semana Santa, Natal e Juninas sempre foram realizadas em Leme com grande intensidade. (QUEIROZ, 1973) nos relata que as festas eram organizadas por festeiros escolhidos entre as pessoas de maior prestígio no bairro, escolhidas sobretudo pelas suas relações de amizade. As festas juninas, ressalva a autora, não eram festas de igreja, mas realizadas nas casas das famílias. Como parte das

festas religiosas, encontrou a sobrevivência de algumas danças folclóricas, embora os habitantes do bairro fossem descendentes de imigrantes italianos. As rezas, ofícios e novenas eram comuns, como o são até hoje; eram organizadas por diretores das associações religiosas e dirigidas pelos "rezadores" ou "capelães". Verificou também a referida autora que mesmo as famílias protestantes colaboravam nas festas religiosas católicas denotando a integração social.

A guarda da santa é a oportunidade em que o espaço da casa é aberto aos vizinhos. É o momento em que o contato social se amplia além da família, reproduzindo em casa a tradição rural, onde a capela era próxima do bairro. Tal como antes, as festas religiosas são especialmente importantes para as mulheres, pois para os homens existem outras alternativas de divertimento. Fora dessas oportunidades os contatos sociais são raros, restringindo-se à família que inclui hoje apenas noras, genros e netos.

Através do aspecto religioso foi possível detectar entre as nossas pesquisadas alguns traços da dominação masculina.

Constatamos haver consenso entre elas que a religião da mulher deve ser a mesma do marido, podendo ela ser coagida, caso assim não deseje, conforme nos informou uma das entrevistadas que desejava ser espírita e marido e filhos não permitiram.

Ainda no tocante à sociabilidade dessas mulheres, as informações sobre o que acontece na sociedade e no mundo lhes chegam através do rádio, que ainda é importante veículo de comunicação, e a televisão que é vista algumas horas todos os

dias. Antes de resideirem na cidade as mulheres se informavam através do rádio e por intermédio do marido, filhos, amigos e parentes.

A leitura não é um hábito difundido no universo pesquisado, com exceção de poucas leituras de caráter religioso. O lazer não faz parte do cotidiano dessas mulheres. Com raras exceções, vão a restaurantes nos fins de semana ao cinema. Essas práticas só se incluem entre as filhas e noras que são plenamente integradas ao meio urbano, tendo inclusive o hábito de viajar nas férias.

Leme não registra em sua história forte organização política de seus habitantes. QUEIROZ (1973 a.) detectou também em Taquari, fraca organização política, apesar do progresso do bairro. É essa mesma autora que observa que a política na época se desenvolvia de maneira inteiramente tradicional e informal, orientada por pessoas tradicionais, que lideravam a opinião dos que nelas confiavam.

Esse caráter tradicional e informal persiste pois o voto, ainda hoje, define-se mais em função da "pessoa" do que de uma legenda ou programa partidário, conforme declararam nossas entrevistadas.

Embora façam suas escolhas em geral pela "pessoa", sentem-se próximas aos ideais do PBS, sendo esta uma tendência da região. Não são filiadas, mas se eventualmente a filiação ocorre, seguem as preferências do marido.

Estado, igreja e partidos políticos tem grande interesse nas mulheres pela sua força mobilizadora, já que a adesão

feminina repercute, em geral sobre a família e a comunidade. Através de suas funções reprodutivas a mulher exerce grande influência por meio dos laços de parentesco, das relações de solidariedade e reciprocidade construídas no seu cotidiano, todavia, a participação política das mulheres de Leme está restrita ao voto nas eleições, para o que muito contribui a influência da televisão. São as próprias mulheres que afirmam que através desse meio de comunicação é impossível ficar completamente alheias ao processo eleitoral.

Os espaços de participação social e política são, com raras exceções, exclusivos dos homens e onde a mulher não é reconhecida. As mulheres não são admitidas como membros efetivos de organizações profissionais tais como sindicatos, cooperativas, associações, mas reconhecidas apenas como dependentes do marido, isto é, com direitos emprestados (LAVINAS, 1987).

A mulher não é reconhecida como indivíduo adulto que tem direitos, conforme deixa transparecer depoimento: "eu fui assinã lá...o cadastro do banco...né?...então prá mim pode te o cheque especial, porque parou o cheque especial, agora voltou...então ele (marido) precisou ir lá...assinar por mim, porque eu não tenho nenhuma propriedade no meu nome...fali...como que eu não tenho?...tudo aqui também é meu...ele precisou assinar...essa autoridade aí é fogo pra passar em cima...é bom..."

A falta de identidade profissional a exclui de outros espaços de participação.

Apesar de afirmarem que é importante a participação da

mulher na politica, não participam efetivamente da politica local, alegando falta de interesse, falta de estudo, cultura ou mesmo por não acreditar que a sua participação venha resultar em "coisa certa".

Das que atribuem importancia a participação da mulhwer na politica, depreende-se reivindicações pontuais de direitos, conforme denota depoimento abaixo:

"eu acho que a mulher deve de participã porque tem muita coisa que eu acho que o que a mulher pensa e mais certo do que muitos homens por ai...eu acho...na constituinte tambem eu acho...que nem a aposentadoria da mulher...porque se a mulher aposenta depois do marido falecer a mulher nao recebe...eu acho que e errado...eu acho que devia de ter uma lei assim...a mulhier que trabalha so em casa ...dela ter um orçamento pra ela, pra despesa dela, ne?...eu acho...porque a gente num trabalha fora, mais trabalha em casa...que nem...eu trabalho em casa, ela (apontando para a filha que estava presente) mora no sitio trabalha em casa, minha nora já trabalha fora...porque ela sempre trabalhou fora antes de solteira, e agora depois que ela criou as crianças dela, que ta num tamaninho que dá pra fica com a empregada ela voltou a trabalhar...quer dizer ela tem um ordenado dela e a gente nao tem, ne?"

Para outras, entretanto, a participação politica e atividade masculina, denotando a introjeção de elaborações sociais de sua propria discriminação: "ai eu não sei, ne?...na minha opinião...como eu falo pra voce...a gente tendo uma pessoa

certa pra...eu acho que igual aos homens nos não somos...me desculpe fala se eu to te ofendendo, mas eu acho que os homens tem as cabeças melhor do que as mulheres, pelo menos na minha opinião...meu marido, na minha opinião, acho que nem o homem a gente não e...pra nada eu acho..."

Se partirmos da premissa colocada por (LAVINAS, 1987) de que a participação política das mulheres nas lutas sociais se dá com grande frequência quando a sobrevivência do grupo se acha ameaçada, momento em que os papéis atribuídos a cada sexo são transitoriamente atenuados e os espaços que lhes são reservados tornam-se imprecisos, as mulheres de Leme, pelas suas colocações, não tiveram essa oportunidade. Nesse grupo, de uma forma ou de outra a sobrevivência da família parece ter sido sempre garantida.

Essa garantia entretanto teve elevado preço da execução do trabalho pesado para homem e mulher, trabalho fora da propriedade, vendendo a força de trabalho a terceiros, e acima de tudo de grande controle do consumo familiar. Essa opção talvez tenha sido a melhor alternativa encançada por esses produtores que, tal como para grande parte da sociedade brasileira, possuem uma noção de cidadania extremamente frágil. Antes de se organizarem, formularem reivindicações, fazer valer os seus direitos, "optaram" por atender as exigências do sistema.

CONCLUSÃO

A questão das mulheres produtoras de Leme é que modernizaram-se as bases técnicas da produção, adotaram-se novos padrões de vida urbanos mas conservaram-se os valores da sociedade tradicional.

A unidade entre unidade de produção e reprodução se rompe com o ingresso desses produtores no processo de modernização, trazendo significativas transformações nas relações internas da família.

Parte dos homens permanecem na produção, enquanto que a mulher (mãe de família) é liberada do trabalho na roça sem contudo libertar-se dos papéis tradicionais femininos. As demais mulheres da família, filhas e noras, novas perspectivas se apresentam inteiramente a parte do estabelecimento agrícola.

Após a modernização a mulher (mãe de família) fica reclusa ao mundo doméstico sem uma atividade profissional que lhe defina uma identidade própria. Concomitantemente, tem maior disponibilidade de tempo mas devido a conservação dos valores tradicionais, não faz uso dessa disponibilidade. Ao contrário, na cidade aumenta a sua dependência material em relação ao marido e a passagem da sociedade tradicional para a sociedade moderna é vivenciada pelas mulheres como perda, na medida em que o moderno

para ela não se realize. Essa perda em parte se explica pelo fato de que na família tradicional, embora submissa a mulher é o centro das relações da família. Na cidade perde também esse papel que não é substituído por outro. As relações de dependência recíproca existentes na roça minimizam as formas da submissão feminina, enquanto que na cidade todos os membros tornam-se autônomos suprimindo-se inclusive a dependência que o marido tinha da mulher na roça.

As transformações ocorridas com a modernização da cultura promoveram o isolamento da mulher, suprimindo sua participação nos dois âmbitos: da produção e parcialmente da reprodução.

Em termos da sua trajetória, a ascensão social de todo o segmento foi mercante, todavia, essa ascensão, viabilizada através da propriedade resultou em obstáculos à libertação feminina na medida em que determinou práticas políticas conservadoras, onde a mulher não é considerada um agente de transformação da sociedade.

Ao término deste trabalho verificamos que a reflexão mais aprofundada sobre modernização agrícola e persistência de valores tradicionais seria especialmente profícua, principalmente no que se refere as formas de solidariedade praticadas pelo grupo no meio urbano. Aspectos do fenômeno da urbanização podem explicar inúmeras questões relacionadas com o isolamento das mulheres na

cidade .

A modernização da agricultura trouxe para a mulher a exclusão do processo produtivo através de utilização de tecnologia poupadora de mão de obra marginalizando-a como trabalhadora-produtora sem lhe oferecer níveis de participação competitivos.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense. São Paulo, FFLCH/USP, 1981. 274 p. (Tese-mestrado).
- ABREU, Alice R. P. & SILVA, Maria da Glória R. A força de trabalho feminina em áreas urbanas na América Latina: uma revisão da literatura. In: SEMINÁRIO "A MULHER NA FORÇA DE TRABALHO NA AMÉRICA LATINA". Rio de Janeiro, IUPERJ, 23 a 26/11/78. v.2.
- AQUIAR, Neuma. Casa e modo de produção. In: _____ coord. Mulheres na força de trabalho na América Latina. Petrópolis, Vozes, 1979. cap. 10 p. 247-84.
- _____. Formas de organização da produção e trabalho da mulher (tipos de produção e reprodução). In: SEMINÁRIO "MULHER RURAL. IDENTIDADES NA PESQUISA E NA LUTA POLÍTICA". Anais... Rio de Janeiro, Universidade Federal, 1988. p.411-20. Relatório da mesa temática.
- _____. Um guia exploratório para a compreensão do trabalho feminino. In: _____ coord. Mulheres na força de trabalho na América Latina. Petrópolis, Vozes, 1979. p.13- 28.
- ALBUQUERQUE, Rui, H.P.L. Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola. São Paulo, Hucitec - CNPq, 1982. 268p. (Economia & Planejamento).
- ALMEIDA, Maria S.K. et alii. Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982. p.91-135.
- ALVIM, Zuleika M. F. Brava gente: os italianos em São Paulo. São Paulo, Brasiliense, 1986. 189p.
- BARTHEZ, Alice. Femmes dans l'agriculture et travail familial. Sociologie du Travail, Paris, (3): 255 - 67, Jul/sep., 1984.
- BILAC, Elisabete D. Classes sociais e família: nota para a pesquisa empírica. Perspectivas, SP, 4: 37-42, 1981.
- BILLAUD, Jean Paul & LAMARCHE, Hugues. Propositions pour une analyse comparative des exploitations familiales agricoles. (Etude effectuée à partir d'une pré-enquête réalisée en Pologne, France et au Brésil) s.l.p., ed. s., 1986. 39p.
- BRANDAO, Carlos R. Os caipiras de São Paulo. São Paulo, Brasiliense, 1983. 92p. (Tudo é História, 75)

BRANDAO, Carlos R. Parientes e parceiros: relações de produção e relações de parentesco entre os camponeses de Goiás. In: ALMEIDA, Maria S.K. et alii. Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982. p.91- 135.

_____. Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro, Graal, 1981. 181p.
(Antropologia, 20).

BRUMER, Anita. Mobilização de mulheres no campo do sul do Brasil (luta por uma identidade camponesa ou movimento feminista?). Porto Alegre, UFRGS, 1987. 45 p.

_____. & FREIRE, Nádia M.S. O trabalho da mulher na pequena produção agrícola. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 11/12, : 305-22, 1984.

_____, & GIACOBBO, Elisea O. A mulher na pequena agricultura modernizada no RS. In: ENCONTRO REGIONAL - SUL DO PROJETO DE INTERCÂMBIO DE PESQUISA SOCIAL NA AGRICULTURA, 3. Porto Alegre, 27 e 28/09/90. 25p.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. Sexualização das ocupações: o caso brasileiro. In: SEMINÁRIO "A MULHER NA FORÇA DE TRABALHO NA AMÉRICA LATINA". Rio de Janeiro, IUPERJ, 23 a 26/11/78. v.3.

_____. & ROSENBERG, Fulvia A mulher e o trabalho In: _____ & _____ org. Trabalhadoras do Brasil São Paulo, Brasiliense, 1982 p. 9-22.

_____. & _____, Fulvia org. Trabalhadoras do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982. 203 p.

CANDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 2. ed. São Paulo, Duas Cidades, 1971. 284p.

CARNEIRO, Maria. J. Vidas irrigantes. Ciência Hoje, SP, 4 (24): 67-72, maio/jun. 1986.

CARRION, Lucia. Modernización agrária y cambios en el rol de la mujer. In: SPINDEL, Cheywa; JAQUETTE, Jane; CORDINI, Mabel org. A mulher rural e mudanças no processo de produção agrícola: estudo sobre a América Latina. Brasília, IICA, 1984. p.40-64. (IICA - Proposições, resultados e recomendações de eventos técnicos, 337).

CARVALHO, Maria Luiza. O trabalho da mulher no Brasil: estereótipos, valores e atitudes. Boletim Técnico SENAC, RJ, 3 (1): 21-32, jan/abr. 1977.

CEBOTAREV, E. A. La organización del tiempo de actividades domésticas y no domésticas de mujeres campesinas en Latinoamérica. In: SEMINÁRIO "A MULHER NA FORÇA DE TRABALHO NA AMÉRICA LATINA" Rio de Janeiro, IUPERJ, 23 a 26/nov/1978. v.3.

CHAYANOV, A. V. La familia campesina y la influencia de su desarrollo en la actividad económica. In: _____ La organización de la unidad económica campesina. s.n.t. cap. 1, p. 47-68.

CHAYANOV, A. V. Medida de la autoexplotación de la fuerza de trabajo en la familia campesina. El concepto de beneficio en la unidad de explotación doméstica. In: _____ La organización de la unidad económica campesina. s.n.t. cap.2., p.69-95.

_____. El plano organizativo de la unidad económica campesina. In: _____, cap.4, p. 133-228.

_____. Los principios básicos de la organización de la unidad económica campesina. In: _____ cap. 3, p.96-132.

CORDINI, Mabel - coord. A mulher rural no Brasil: resumo bibliográfico. Brasília, IICA, 1980. v.2 (Informação e Documentação Agrícola, 91).

_____. A participação da mulher rural na pequena produção e a política agrícola. In: SPINDEL, Cheywa; JAQUETTE, Jane; _____ org. A mulher rural e mudanças no processo de produção agrícola: estudo sobre a América Latina. Brasília IICA, 1984. p. 121-132 (IICA - Proposições, resultados e recomendações de eventos técnicos, 337).

COSTA, Leticia B. Participação da mulher no mercado de trabalho. São Paulo, /IPE/USP, 1984. 153P. (Ensaio Econômico, 30)

EIGENHEER, Stela C.F. A pequena produção e o trabalho feminino numa área do alto Jequitinhonha In: BRUSCHINI, Maria Cristina A. & ROSEMBERG, Fulvia org. Trabalhadoras do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982. p.135-60.

FELDMANN-BIANCO, Bela. Capitalismo e família: os pequenos burgueses. In: ALMEIDA, Maria S.K. et alii. Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982. p.137-159.

FLEURY, Maria Tereza L. A organização do trabalho na lavoura algodoeira paulista. São Paulo, FFLCH/USP, 1974. 208p.
(Tese - mestrado).

FUKUI, Lia F. G. Sertão e bairro rural: parentesco e família entre sitiantes tradicionais. São Paulo, Atica, 1979. 257p.
(Ensaio, 58).

GARCIA Jr. Afrânio R. Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores. São Paulo, Paz e Terra, 1983. 236p.

GRAZIANO DA SILVA, José. A pequena produção e as transformações da agricultura brasileira. In: Modernização dolorosa Rio de Janeiro, Zahar, 1981. p. 126-141.

GRAZIANO DA SILVA José. O progresso técnico na agricultura. Campinas, UNICAMP, 1988. 41p. (texto didático para uso interno).

GUIMARÃES, Luiz S.P. & BRITO, Sebastiana. De camponesa a boiadeira: transformações do trabalho feminino. In: SEMINÁRIO "MULHER RURAL: IDENTIDADES NA PESQUISA E NA LUTA POLÍTICA". Anais... Rio de Janeiro, Universidade Federal, 1988. p. 421-468.

HALAMSKA, Maria. Fonctionnement des exploitations agricoles familiares en France: compte rendu d'une étude pilote. Varsovie, Instituto de Desenvolvimento Rural. Academia Polonesa de Ciências, 1986. 31p.

HEREDIA, Beatriz M.A., GARCIA, Maria F; GARCIA JR., Afrânio R. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, Neuma coord. Mulheres na força de trabalho na América Latina. Petrópolis, Vozes, 1979. Cap. 1 p.29-44.

HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor W. Família. In: ----- & ----- orgs. Temas básicos da sociologia. Trad. de Alvaro Cabral. 2.ed. São Paulo, Cultrix, 1978. p. 132-150.

JEAN, Bruno & STANEK, Oleg. L'exploitation agricole familiale au Québec. Rimouski, Université du Québec, 1986. 30p.

KAGEYAMA, ANGELA. O emprego agrícola em 1985: análise preliminar. CAMPINAS, UNICAMP, s.d. 15 p.

_____, & BERGAMASCO, Sonia M. P. A estrutura da produção no campo em 1980. Campinas, UNICAMP, 1989. 30 p.

_____, & GRAZIANO DA SILVA José. Política agrícola e produção familiar. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA RURAL, 24, Lavras, MG, 28 jul. a 1º ago. 1986. Anais... Brasília, SOBER, 1986. v.1 p. 199-222.

LAVINAS, Lena. Construção da identidade e participação da mulher no campo. In: SEMINÁRIO "MULHER RURAL: IDENTIDADES NA PESQUISA E NA LUTA POLÍTICA. Anais... Rio de Janeiro Universidade Federal, 1988. P. 265 - 76. Relatório da mesa temática.

----- A força de trabalho feminina na agricultura: marchas e contra marchas. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 1988. 28p. texto preliminar - (Reunião Intermediária - GT a mulher na força de trabalho)

LAVINAS, Lena. Mudanças técnicas, ação do estado e trabalho feminino: um estudo de caso - Juazeiro, BA. SPINDEL, Cheywa; JAQUETTE, Jane; CORDINI, Mabel org. A mulher rural e mudanças no processo de produção agrícola: estudo sobre a América Latina. Brasília, IICA, 1984. p.65-74. (IICA - Proposições, resultados e recomendações de eventos técnicos, 337).

----- Mulher rural: uma visão retrospectiva da produção científica. In: SEMINÁRIO MULHER RURAL: IDENTIDADES NA PESQUISA E NA LUTA POLÍTICA. Anais... Rio de Janeiro, Universidade Federal, 1988. p. 17-40.

----- & CARNEIRO, Maria José. Mulheres: espaço adquirido/espço permitido na luta pela reforma agrária. Rio de Janeiro, Universidade Federal, 1987. 18 p.

LEON de LEAL, Magdalena & DEERE, Carmen Diana. A proletarianização e o trabalho agrícola na economia parcelária: estudo da Divisão do trabalho por sexo em duas regiões colombianas. In: AGUIAR, Neume coord. Mulheres na força de trabalho na América Latina. Petrópolis, Vozes, 1979. Cap. 5 p. 123-61.

LOBO, Elisabeth S. A questão da mulher na produção da força de trabalho ---Perspectivas. SP, 4: 43-7, 1981.

LOUREIRO, Maria Rita G. Mulher e Trabalho familiar na agricultura moderna. SPINDEL, Cheywa, JAQUETTE, Jane; CORDINI, Mabel org. A mulher rural e mudanças no processo de produção agrícola: estudo sobre a América Latina. Brasília, IICA, 1984. p. 75-82. (IICA - Proposições, resultados e recomendações de eventos técnicos, 337).

LOURENÇO, Fernando A & WANDERLEY, Maria de Nazareth B. La production familiale en agriculture: rapport sur le terrain de recherche à Leme-SP-Brasil. Campinas, UNICAMP, 1990. 69p.

LUZARDI, Antonia. Visível versus invisível: repensando o significado do trabalho da mulher camponesa 86/87. In: SEMINÁRIO "MULHER RURAL: IDENTIDADES NA PESQUISA E NA LUTA POLÍTICA". Anais... Rio de Janeiro, Universidade Federal, 1988. p.449-500.

MARTINE, George & NEIVA, Ivany C. Evolução da participação da mulher na atividade agropecuária: o que dizem os censos?. In SEMINÁRIO "MULHER RURAL: IDENTIDADES NA PESQUISA E NA LUTA POLÍTICA. Anais... Rio de Janeiro, Universidade Federal, 1988. p.51-70.

MARTINS, José de S. O Cativiero da Terra. São Paulo, Livraria Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, José de S. Modernização agrária e industrialização no Brasil. In: _____ Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo Pioneira, 1973. cap. 1 p.1 - 14.

_____. Modernização e problemas agrário no Estado de São Paulo. In: _____ cap. 23. p. 15 - 42.

_____. A valorização da escola e do trabalho no meio rural. In: _____ p.83-102

MAUREL, Marie C. Paupérrimas em partage. Montpellier, s. ed. 1984/ 32p.

MORAIS, Maria Aparecida. Trabalhadores e trabalhadores rurais no Estado de S.P. In: SEMINÁRIO "MULHER RURAL: IDENTIDADES NA PESQUISA E NA LUTA POLÍTICA. Anais... Rio de Janeiro, Universidade Federal, 1988. p. 151-78.

MULLER, Nice L. Sítios e sítiantes no Estado de São Paulo. São Paulo, FFCL/USP, 1951. 217p. (Boletim 132 - Geografia, 7).

NEVES, Delma P. As políticas agrícolas e a construção do produtor moderno: análise das representações dos técnicos agrícolas sobre os agricultores. s.l.p, s. ed, 1986. 26p.

OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. A individualização da força de trabalho e o trabalho feminino familiar: um estudo de caso em Federneiras, SP, In: AGUIAR, Neuma coord. Mulheres na força de trabalho na América Latina. Petrópolis, Vozes, 1979. Cap. 4 p. 99-122.

_____. À produção da vida: a mulher nas estratégias de sobrevivência da família trabalhadora na agricultura. São Paulo, FFLCH/USP, 1981. e 2 v. (Tese-Doutorado).

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional. Revista de Ciências Sociais do Centro de Estudos Noel Nutels. RJ. 2 (2) 103-14, nov. 1977.

PAULILO, Maria Ignez S. A mulher e a terra no Brejo Paraibano. In: BRUSCHINI, Maria Cristina A J. ROSEMBERG, Fulvia org. Trabalhadoras do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982 p.163-90

_____, Maria I.S. O trabalho da mulher do meio rural. Piracicaba, ESALQ/USP, 1976. 145p. (Tese - Mestrado).

PENA, Maria Valéria J. A mulher na força de trabalho. In: ANPOCS O que se deve ler em ciências sociais no Brasil São Paulo, Cortez, 1986. p. 201-20.

QUEDA, Oriovaldo & Szmeceányi Tomás "O papel da educação escolar e da assistência técnica" In: _____ Vida rural e mudança social: - leituras básicas de sociologia rural. São Paulo, Nacional, 1973. p.271-94.

QUEIROZ, Maria I. Pereira de Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade. São Paulo, Duas Cidades, 1973.a 157p.

_____. O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil Petrópolis, Vozes, 1973.b 243 p. (Estudos Brasileiros, 3).

_____. Estudos sobre "bairros rurais" tradicionais. Cadernos CERU, SP, (1): 11-19, mar. 1968.a.

_____. A posição social do sitiante na sociedade global brasileira. Cadernos do CERU (1): 133-154, mar 1968.b.

_____. Relações entre bairros rurais e zona urbana num município de desenvolvimento urbano modesto: o bairro do Taquarí, no município de Leme. In: _____ Bairros rurais paulistas. São Paulo, Duas Cidades, 1973.c p. 31 - 54.

_____. Status e papéis sócio-econômicos da mulher no bairro de Palmeirinhas, no sertão de Itapeçerica". _____ (1):20-28, mar. 1968.c.

_____. & GARCIA, Lia F. O sitiante brasileiro e as transformações de sua situação sócio econômica. Cadernos CERU, SE, (1): 109 - 131, mar. 1968.d.

RATO, Maria Helena da C. A participação feminina na população ativa frente as necessidades do sistema produtivo no Brasil. In: SEMINÁRIO "A MULHER NA FORÇA DE TRABALHO NA AMÉRICA LATINA". Rio de Janeiro, IUPERJ, 23 a 26/09/1978. v.4.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. 2 ed. Rio de Janeiro, Vozes, 1979. 384 p. (Sociologia Brasileira, 4).

_____. O processo de individualização da trabalhadora rural. In: SEMINÁRIO "MULHER RURAL: IDENTIDADES NA PESQUISA E NA LUTA POLÍTICA. Anais... Rio de Janeiro, Universidade Federal, 1988. p. 209 - 29.

_____ & FERRANTE, Vera L.S.B. Famílias rurais no Estado de São Paulo: algumas dimensões da vida feminina. In: BRUSCHINI, Maria Cristina A. & ROSEMBERG, Fulvia org. Trabalhadoras do Brasil São Paulo, Brasiliense, 1982 p.iii-34.

_____ & _____, Vera L.S.B.. A mulher e as contradições do capitalismo agrário. Perspectiva, SP, 6: 67-75, 1983.

SANTOS, José V.T. Colonos do vinho: estudos sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. / 2 ed. São Paulo Hucitec, 1984. 182p.

SEMINÁRIO " A MULHER NA FORÇA DE TRABALHO NA AMÉRICA LATINA. Rio de Janeiro, IUPERJ, 23 a 26/11/1978. v.1.

SILVA, Odette Rosa da "Status e papéis da mulher de Palmeirinhas. Cadernos do CEBU, SP, (1): p.155-184, mar. 1968.

SILVA, Maria Aparecida de M. A migração de mulheres do Vale do Jequitinhonha para São Paulo: de camponesas à proletárias. Araraquara, UNESP/Departamento de Sociologia, 1987. 16p.

_____. A nova divisão sexual do trabalho na agricultura. São Paulo em Perspectiva SP, 4 (3/4): 20-31, jul/dez 1990.

_____. O trabalho familiar nas pequenas propriedades rurais. Perspectivas, SP, 6: 57-65, 1983.

SPINDEL, Cheyva R. Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 123 p. (Estudos Brasileiros, 40).

_____. Síntese de algumas reflexões teóricas gerais suscitadas no seminário In _____; JAQUETTE, Jane; CORDINI, Mabel org. A mulher rural e mudanças no processo de produção agrícola. Brasília, IICA, 1984. p 10-16. (IICA - Proposições resultados e recomendações de eventos técnicos, 337).

STOLCKE, Verena. Cafeicultura, homens, mulheres e capital (1850 - 1980). São Paulo, Editora Brasiliense, 1986. 410 p.

----- A família que não é sagrada - sistemas de trabalho e estrutura familiar: o caso das fazendas de café em São Paulo. In: ALMEIDA, Maria S.K. et alii. Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982. p. 39-89.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. O camponês: um trabalhador para o capital. Campinas, UNICAMP, 1981. 71 p.

----- O camponês: um trabalhador para o capital. Caderno de Difusão de Tecnologia, Brasília, 2 (1) jan/abr. 1985.

----- Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas, SP. São Paulo, FAPESP, 1986.a (Relatório Parcial).

----- Recherche comparative internationale sur les exploitations familiales agricoles: France, Brésil, Pologne. Campinas, UNICAMP, 1986.b p.16.

----- coord. ----- Campinas, UNICAMP, 1988. 162p. (Cadernos IFCH, UNICAMP, 19).

WILKINSON, John. O Estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo, HUCITEC/CEPA-BA, 1986. 219p.